



Município de Odivelas **Assembleia Municipal**

ACTA N.º 16/2006

ACTA DA 2ª REUNIÃO DA 5ª SESSÃO ORDINÁRIA DE 2006 **DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODIVELAS**

Aos **vinte e um dias do mês de Dezembro do ano dois mil e seis**, pelas quinze horas e quinze minutos reuniu a **Assembleia Municipal de Odivelas**, em **2ª Reunião da 5ª Sessão Ordinária de 2006**, no **Salão Nobre dos Paços do Concelho**, sito na Quinta da Memória, Rua Guilherme Gomes Fernandes, em Odivelas, sob a Presidência de Luís Miguel da Silva e Sousa Martins, como Presidente em Exercício, Domingos Manuel Antunes Tomé e Liliana Pires, como 1º e 2º Secretários, respectivamente, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

II – ORDEM DO DIA-----

Ponto 1 - Informação Escrita sobre a Actividade e Situação Financeira do Município-----

Ponto 3 – Taxa Municipal de Direitos de Passagem – TMDP-----

Ponto 5 - Proposta de Aquisição do Serviço de Refeições nas Escolas do 1º Ciclo e Jardins de Infância para o Ano Lectivo 2006/2007-----

Ponto 6 - Proposta de Alteração do Regulamento da Biblioteca Municipal D. Dinis e do Regulamento de Utilização da Sala Polivalente e Átrios da Biblioteca Municipal D.Dinis-----

Ponto 7 - Orçamento e Grandes Opções do Plano do Município para 2007-----

Ponto 8 - Protocolo de Delegação de Competências nas Juntas de Freguesia-----

Ponto 9 - Projecto Municipal para Recuperação e Reconversão Urbanística da Vertente Sul-----

III – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

Pelo Senhor Presidente em Exercício, foi colocada à consideração do plenário o **pedido de suspensão de mandato**, nos termos do Artº 77º, da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº 5-A, de 11 de Janeiro, conjugado com o art.º 9º n.º 1 e art.º 9º n.º 3 al. d) do Regimento, do Membro da Assembleia Municipal: **João Paulo Campos Ferreira, no período de 24 de Outubro de 2006 a 21 de Abril de 2007**, da bancada da **CDU**. -----

Colocados à votação o pedido de suspensão foi admitido à discussão por unanimidade. -----



Município de Odivelas ***Assembleia Municipal***

Não se registando intervenções, este pedido de suspensão foi colocado à votação, tendo sido **Aprovado por Unanimidade**, tendo-se procedido à substituição nos termos do Artº 79º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº 5-A, de 11 de Janeiro.-----

Pelo Senhor Presidente em Exercício, foi dado conhecimento ao plenário que, em Conferência de Líderes, realizada no passado dia 4 de Dezembro, foi agendada uma visita ao Fórum de Exposições, que contará com a presença da Senhora Presidente da Câmara Municipal, no próximo dia 8 de Janeiro, pelas 10h, estando todos os Membros da Assembleia Municipal, convidados a participar na referida visita.-----

Nos termos legais aplicáveis, realizaram-se as seguintes substituições:-----

Na bancada do **PS**, o Membro da Assembleia Municipal, Carla Correia, pelo Membro da Assembleia Municipal João António;-----

Na bancada do **PS**, o Membro da Assembleia Municipal, Rui Cunha, pelo Membro da Assembleia Municipal Alberto Castelo;-----

Na bancada do **PS**, o Presidente da Junta de Freguesia de Famões, António Rodrigues, pelo seu substituto legal, António José Real da Fonseca.-----

Na bancada da **CDU**, o Membro da Assembleia Municipal, Fátima Amaral, pelo Membro da Assembleia Municipal António Nunes;-----

Na bancada do **PSD**, o Membro da Assembleia Municipal, João Rego de Carvalho, pelo Membro da Assembleia Municipal Ana Caneiras;-----

Distribuída a folha de presenças aos Membros da Assembleia Municipal, verificou-se a presença dos 40 Membros da Assembleia Municipal. -----

A Câmara Municipal fez-se representar na Assembleia Municipal, nos termos legalmente aplicáveis, tendo estado presente a Senhora Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, Susana de Carvalho Amador e 9 dos 10 Vereadores que compõem o executivo camarário, tendo-se registado a ausência da Senhora Vereadora Maria da Luz Nogueira.-----



Município de Odivelas **Assembleia Municipal**

Pelo Senhor Presidente em Exercício foi colocado à consideração do plenário, uma alteração na Ordem de Discussão dos pontos da Ordem do Dia, sendo a seguinte Ordem de Discussão:-----

1º - Ponto 1 - -----

2º- Ponto 7 -----

3º- Ponto 8-----

4º - Ponto 3-----

5º- Ponto 5-----

6º- Ponto 9-----

A alteração acima referida foi **Aprovada por Unanimidade**.-----

Havendo quorum, o **Senhor Presidente** em Exercício deu início á **ORDEM DO DIA**, pela nova ordem de discussão acima aprovada.-----

PONTO 1 - INFORMAÇÃO ESCRITA SOBRE A ACTIVIDADE E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO -----

Presente para apreciação a “INFORMAÇÃO SOBRE A ACTIVIDADE E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO”, remetida pela Senhora Presidente da Câmara a esta Assembleia Municipal, nos termos da alínea e) do nº1 do art.º 53 da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com alterações introduzidas pela Lei n.º 5 - A/2002, de 11 de Janeiro.-----

O Senhor Presidente em Exercício deu a palavra à Senhora Presidente da Câmara para apresentação do referido Ponto.-----

Usaram da palavra neste ponto, os seguintes Membros da Assembleia Municipais:-----

António Ramos, pela bancada do **PS**;-----

“Actividade Municipal-----

Após a exposição pormenorizada que a Senhora Presidente fez acerca da situação financeira e da actividade da Câmara no trimestre em análise corremos o risco de poder repetir algumas situações.-----

Vamos apenas salientar algumas daquelas que para nós se revestem de maior importância.-----



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

Começaria pela análise á situação financeira, e aqui gostaria de realçar a melhoria que se verifica nos documentos que nos foram entregues. -----

Se repararem, os anexos A e B do ponto 1, dão-nos uma imagem correcta da presente situação financeira, da execução orçamental, da receita e da despesa e da estrutura da dívida assumida com terceiros e com a banca. -----

No que se refere á receita, não podemos deixar de salientar o aumento que se verifica, fruto do acréscimo verificado na cobrança dos impostos principalmente dos impostos directos, casos do IMI e do IMT.-----

Verificamos também, que a nível da despesa paga, esta continua a baixar, verificando-se uma redução que se deve principalmente á diminuição paga em investimentos, continuando as despesas com o pessoal a ter um peso demasiado elevado, situando-se agora nos 37,1 %, mas valores mais baixos do que anteriormente. -----

Nos compromissos assumidos e não liquidados, verifica-se uma grande melhoria, aqui na ordem dos 22,1 %, e estes são valores que reflectem que também a nível da despesa as coisas estão a melhorar.-----

Assim, podemos verificar que ao compararmos com igual período do ano anterior: aumentam as receitas na ordem dos 1,2%. Existe um decréscimo de - 4,6 % na despesa e os compromissos assumidos e não pagos baixam consideravelmente, nos já citados 22,1 %.-----

Aumentam também as disponibilidades financeiras e as dívidas tanto a terceiros como com ás entidades bancárias são agora menores, o que se traduz na diminuição de 3,9 % da totalidade da dívida da Câmara. --

Como vemos, notam-se algumas melhorias, algo está a mudar e para melhor, fruto das medidas anunciadas e tomadas pelos responsáveis, mas atenção que a situação continua a ser preocupante e a exigir de todos nós a maior e melhor colaboração.-----

Naturalmente, estaremos todos de acordo, que com a actual situação financeira, algumas das actividades pensadas e planeadas pelos responsáveis tenderiam a ser afectadas, aliás a Senhora Presidente informou esta Assembleia dessa possibilidade.-----

Mesmo assim, as actividades normais da Câmara continuaram a ser efectuadas e foi mesmo possível desenvolver muitas outras, mas vamos apenas citar as que consideramos mais relevantes. -----



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

Começo por lembrar o 8º aniversário do Município, comemorado de maneira simples mas com muita dignidade, para o que contámos com a colaboração do Conservatório de Música D. Dinis.-----

Costuma dizer-se que para haver festas é preciso haver dinheiro, mas com ou sem dinheiro, festa haverá sempre, pois essa será a existência do Concelho de Odivelas.-----

Como é do conhecimento de todos, temos no momento 3 grandes projectos, que, irão alterar e para melhor a vida do Concelho de Odivelas, e que são o Pólo Tecnológico de Famões, o Parque Empresarial da Paiã e o Master Plan da Quinta dos Cedros.-----

Já aqui foi feita referência ao Salão Imobiliário de Lisboa e deixo aqui a seguinte pergunta?-----

Que melhor local para a apresentação pública destes projectos que uma feira com a dimensão do Salão Imobiliário de Lisboa, onde marcam presença todos os grandes promotores imobiliários?-----

Eis uma óptima forma de dar a conhecer o concelho e convidar todos os investidores para virem até nós.----

Lembro também um outro projecto muito importante, que começa a dar os primeiros passos, com os projectos iniciais e que é o Metro Ligeiro de Superfície.-----

Destaco também a continuação dos trabalhos do novo PDM com a realização dos fóruns nas freguesias, que decorreram com o maior sucesso e com muita participação, tendo sido já entregue na CCDD - LVT o anteprojecto com vista á sua apreciação por esta entidade.-----

Gostaria de destacar também:-----

A celebração a 30 de Outubro do contrato-programa referente á construção da EB1/JI de Famões.-----

A candidatura, já aceite, ao Projecto do European, para a requalificação urbanística do Bairro do Barruncho, tendo o mesmo sido já pré seleccionado, esperando que finalmente toda aquela zona, que só envergonha este Concelho, seja irradiada de uma vez por todas.-----

Ainda no sector da Habitação destaque para o 1º. Empreendimento Habitacional de Custos Controlados, assim como para os realojamentos realizados das 14 famílias do Bairro da Amorosa, famílias recenseadas no PER.-----



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

Uma palavra para a Divisão de Fiscalização Municipal a para as suas intervenções no âmbito da remoção de viaturas abandonadas, assim também se consegue mais estacionamento, a sua intervenção tendo em vista o combate á venda de viaturas na via pública, assim como o combate á venda ambulante e as operações realizadas em diversos estabelecimentos comerciais em especial os de diversão nocturna.-----

O Departamento de Ambiente, que recomeçou com a lavagem mecânica de algumas ruas; para a limpeza efectuada em alguns cursos de água, e aqui, talvez fruto dessa intervenção, não verificámos problemas de maior nas recentes chuvadas; destaco também as várias desinfestações realizadas bem como as várias iniciativas realizadas no âmbito do Dia do Animal.-----

Recordar também o 9º. Aniversário da Biblioteca Municipal D. Dinis e para as várias iniciativas realizadas.-----

No sector da Educação, finalmente, em todas as escolas de ensino básico e jardins de infância do concelho, vão ser servidas refeições aos alunos.-----

Na Divisão de Assuntos Sociais destaco a celebração de protocolos com diversas entidades, em especial Universidades e Centros de estudo.-----

Realço ainda o Novo Logotipo da Câmara; os melhoramentos também verificados no site da Câmara; no âmbito da Modernização Administrativa a Internet e a Intranet, estas ferramentas muito importantes para o dia a dia dos funcionários da Câmara.-----

Permitam-me agora falar de outro assunto.-----

Falei há pouco no Conservatório de Música D. Dinis, escola situada na Vila da Póvoa de Santo Adrião, em instalações muito precárias mas onde se está a efectuar um trabalho de muito valor.-----

Estamos a falar de uma entidade, que sempre tem colaborado, seja com a Câmara Municipal, seja com algumas Juntas de Freguesia, seja com a Odivelcultur.-----

Permitam-me aqui elogiar o trabalho que ali está a ser efectuada, mas também agradecer o muito que tem feito por este Município, ao levar bem longe, nacional e internacionalmente o nome de Odivelas.-----

São estas entidades que precisam e merecem ser apoiadas.-----



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

Para o Conservatório de Música D. Dinis e seus responsáveis os nossos agradecimentos.-----

Presidente da Junta de Freguesia da Ramada, **Francisco Bartolomeu**, pela bancada da **CDU**;-----

*“Não é novidade para ninguém que o nosso concelho necessita de um grande reforço de oferta de equipamentos escolares públicos. Se exceptuarmos o ensino secundário onde a situação não é preocupante – apenas 2 das 5 escolas secundárias estão cima dos 100% da sua capacidade – Odivelas e Ramada e mesmo estas porque recebem alunos do 3º ciclo – é urgente uma aposta forte do Estado.-----
Relativamente às escolas do 2º e 3º ciclos, a situação é grave, embora a luz verde para a construção da escola EB 2/3 de Famões venha finalmente ultrapassar uma inexplicável hesitação de alguns anos em que ora figurava em PIDDAC ora era retirada, enquanto que no terreno se sentia a sua falta. -----*

Poderá agora proceder-se ao reordenamento da distribuição dos alunos, com grandes benefícios para todos, especialmente para aqueles que diariamente, e mais que uma vez por dia, percorrem grandes distâncias para se deslocar à escola .-----

A Ramada também tem um quadro que precisa de ser analisado. A sua escola EB 2/3 Vasco Santana está a 157% da sua utilização – números da Carta Educativa do Concelho de Odivelas. Aparentemente pode pensar-se que outra Escola EB 2/3 na Ramada faria sentido, se tivermos em conta ao constante aumento da sua população. Mas atento neste facto: A Vasco Santana tem sido, tal e qual como a Secundária da Ramada a escola de retaguarda para os excedentários de outras freguesias como por exemplo Odivelas. 40% dos seus alunos não residem na freguesia.-----

O que vos quero demonstrar é que mais do que outra EB 2/3 para a Ramada, é urgente construir a escola dos Apréstimos, Jardim de infância e 1º Ciclo. O terreno já existe, falta o resto. Haja vontade política.-----

Não basta construir habitação – é preciso investimento noutras infra-estruturas. Como se pode incentivar casais jovens a terem mais filhos, se depois quando começam a pensar nos encargos futuros não encontrem alternativa para os infantários e escolas privadas com mensalidades astronómicas com um peso insuportável na sua situação económica?-----

Não é justo, e a população não compreende. Nós que andamos no terreno apercebemo-nos da sua insatisfação.-----

Reafirmo que é urgente uma inflexão neste aspecto – mais do que outra escola básica do 2º e 3º ciclos, a população da Ramada, freguesia onde há 500 alunos do 1º ciclo em regime duplo, as escolas, com raras excepções, apresentam-se superlotadas, degradadas e com falta de equipamentos como refeitórios e ginásios, precisa da escola dos Apréstimos para agora, Sras. e Srs Deputados. Quanto ao pré-escolar, mais palavras para quê?-----



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

Espero com isto conseguir que se proceda a uma reapreciação urgente da situação e se opte pela escolha mais adequada à situação que acabo de vos apresentar.”-----

Luís Salmonete, pela bancada do **PSD**:-----

“Relativamente à informação escrita sobre a actividade do município, que temos em nosso poder, queremos colocar algumas perguntas e esclarecimentos relativos à informação enviada, que são as seguintes:-----

PÁGINA 31: “Divisão de Planeamento Urbanístico e de Projectos Especiais – requalificação paisagística e ambiental de terreno a nascente da Rua Major caldas Xavier, em Odivelas.”-----

A pergunta é a seguinte: Exactamente qual é o terreno em questão e qual é o tipo de intervenção que o executivo pretende fazer?-----

PÁGINA 32: “Desenvolvimento do Estudo Prévio para a execução de um parque de estacionamento entre a Av. Prof. Dr. Augusto Abreu Lopes e a Escola Secundária de Odivelas.”-----

A pergunta é a seguinte: -----

Será este o terreno que está em principio destinado ao Centro de Saúde de Odivelas?-----

Se a resposta for afirmativa, qual o numero de lugares de estacionamento que se pretende criar?-----

PÁGINA 41: “Mercado da Pontinha: Preparação do concurso público para celebração de contrato com promotor privado para futura empreitada de concepção/construção do Novo Mercado da Pontinha.”-----

A pergunta é a seguinte: -----

Para quando está previsto o lançamento deste concurso?-----

Diz também esta informação que está previsto a construção de um parque de estacionamento subterrâneo sob a nova praça.-----

Por quem, e em que moldes?-----

Mobilidade Urbana – “Metro Ligeiro de Superfície. Reformulação do traçado do Metro Ligeiro de Superfície para promover a sua implementação numa lógica de parceria público-privado.”-----

É a primeira vez que ouvimos falar de parcerias público-privado para o Metro Ligeiro de Superfície.-----

Segundo um estudo do DPE, que se designa de – Breve Estudo de Avaliação de Integração Territorial, do Metro Ligeiro de Superfície, há um traçado base, e, os chamados traçados complementares, desenvolver-se-iam, de acordo com a evolução do crescimento urbano das zonas em causa, num quadro de consolidação.-----

O referido estudo considerava dois modelos:-----

Modelo A – Concessão global por empresa de capitais exclusivamente públicos com possibilidade de sub-concessão parcial a outras empresas.-----



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

Modelo B – O estado está mais envolvido ou é proprietário da infra-estrutura, concessionando a aquisição e exploração do material circulante, com remuneração do custo da infra-estrutura ao longo de tempo contratado (tipo “leasing”).-----

Ou seja, neste estudo do DPE, com data de Outubro de 2002, nem é sequer mencionada a hipótese de uma parceria público-privado para a construção e exploração do Metro Ligeiro de Superfície, e por isso também se pode deduzir que o referido estudo já não é válido, sendo assim, colocam-se as seguintes perguntas: -----

O traçado base do Metro Ligeiro de Superfície mantém-se?-----

Os traçados complementares previstos mantém-se?-----

São estas as perguntas relativamente à Actividade do Município.-----

Relativamente à situação financeira do Município, um pequeno registo, para dizer que nos apraz registar o significado aumento de receitas relativas aos Impostos Directos, nomeadamente as provenientes do IMI e IMT em comparação com o ano de 2005.-----

Interessa mais a evolução da receita e da despesa ao longo dos anos do que os graus de execução ou de cobrança, que poderão ser maiores ou menores consoante a verba que é inicialmente inscrita (leia-se prevista).-----

Assim sendo, e com base nos documentos que nos foram apresentados, estima-se que as Receitas Correntes irão subir o presente ano um valor próximo dos 14%, o que é francamente bom.-----

Na análise da despesa regista-se um aumento dos valores com o Pessoal, embora no fecho das contas possa haver um ligeiro recuo, devido às medidas que foram aplicadas no mês de Novembro com a proibição das horas extraordinárias para a maioria dos sectores.-----

Há também um aumento com os Juros e Outros encargos, mas isso já era previsível, e há os pagamentos aos SMAS e à VALORSUL, que têm agora um grande impacto, o que não acontecia anteriormente e por isso a situação financeira que nos foi apresentada nos últimos anos não reflectia a situação real da Câmara. É tudo quanto temos a dizer por agora.” -----

*Presidente da Junta de Freguesia de Caneças, **Armindo Fernandes**, pela bancada da **CDU**:-----*

“Sobre o estudo da requalificação do Espaço Público e Jardim da Água, em Caneças: Gostaria de saber, o que pensa a Sr.ª Presidente da Câmara, fazer sobre este assunto.-----

Foi-me dado conhecimento do projecto a aprovar para o Jardim Central de Caneças, no mês de Outubro, contudo, tive o cuidado de informar o técnico responsável, de um conjunto de preocupações, nomeadamente, a discussão pública com a população, isto porque consideramos de grande importância, sensibilizar a população para o tipo de intervenção que se pretende.-----



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

Eu não discuto as intenções da Câmara, mas preocupa-me e defendo os princípios histórico-culturais das gentes de Caneças.-----

Não defendo o conservadorismo, mas respeito o sentimento das pessoas e, para que qualquer intervenção tenha sucesso, como todos pretendemos, é necessário envolver a população, dando-lhes a conhecer com clareza, os propósitos a que a Câmara se propõe levar a efeito.-----

Depois, deixar dito que, qualquer intervenção no núcleo central de Caneças, deve ser encarado como uma obra de realização completa, isto é, que não se pense um dia, em fazer a obra por fases, conforme for chegando as verbas. Para mim, ou tudo ou nada!-----

Obras de “Santa Ingrácia” no centro da Vila de Caneças, não obrigada!-----

Bastam as do futuro Terminal da Rodoviária, uma obra relativamente pequena e que já dura desde julho de 2005.-----

Que raio, um poste dos telefones no meio da obra, há mais de três meses, tem servido para os mais variados comentários. Até já houve quem alvitrasse resolver o problema encostando uma máquina ao poste. Aproveito momento para chamar a atenção da Câmara sobre o Saneamento Básico no centro da Vila. É certo que se trata de uma responsabilidade dos Serviços Municipalizados, mas não têm conta as vezes que temos chamado a atenção daquela Administração para o assunto.-----

Há dois anos que foi marcado o início das obras, mas até hoje ainda não começaram. Entretanto, a população continua a sofrer as consequências, ora com as enxurradas, ora com os maus cheiros e a presença constante dos famosos roedores.-----

Penso que está na hora da Câmara exigir aos Serviços Municipalizados, mais respeito pela população do Concelho, afinal estamos a pagar a factura e a população não é poupada nas suas obrigações para com aqueles Serviços.”-----

Lúcia Lemos, pela bancada da CDU:-----

“Uma vez mais esta Assembleia analisa a actividade e situação financeira do Município e uma vez mais se verifica que uma e outra não são satisfatórias.-----

No que se refere à Actividade, não obstante o esforço de concentração de alguns serviços no novo Edifício da Ribeirada, no que se refere ao DGOU, o município ainda tem de esperar 10 dias úteis para obter uma certidão de licença de utilização. Por vezes, essa certidão tem erros de identificação de processo ou outros. Era expectável que a mudança de instalações pudesse trazer uma maior agilidade dos procedimentos.-----

No que à parte financeira se refere, uma vez mais a informação reflecte a grave situação económica em que o município se encontra.-----



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

A informação da situação financeira do município, reportada a 30 de Novembro p.p., mostra bem as dificuldades em que a Câmara se encontra. Situação comprovada através da taxa de execução de 39,2% estando nós já a um mês do final do ano.-----

Não deve esta Assembleia deixar de reflectir no facto de que o “saldo positivo” que a execução orçamental, ainda execução provisória, apresenta é obtido sobretudo através do aumento da receita e dentro desta dos impostos directos, nomeadamente o IMI e o IMT.-----

Isto quer dizer que os munícipes de Odivelas estão a pagar e a pagar caro, por vivermos em Odivelas.-----

Isto também quer dizer que a despesa não tem sido reduzida como se esperaria, até porque no que se refere ao investimento este representa apenas 11,7% da despesa, o que em nossa opinião é manifestamente pouco. A falta de investimento leva à paralisação da Câmara e a reflexos negativos na vida dos munícipes do Concelho de Odivelas.-----

Não nos cansamos de lembrar que o incumprimento por parte dos sucessivos governos no ressarcimento dos custos de instalação do município contribuem para esta grave situação financeira.-----

Apesar de tudo, um aspecto consideramos positivo: o esforço feito para a redução da dívida a terceiros. No entanto, pergunta-se porque é que continua a prevalecer uma dívida perfeitamente residual referente ao ano de 2001 no valor de 508,53€? Refere-se a que fornecedor? Porque não se acaba com esta dívida antiga? Fica a dívida.”-----

Pelo **Senhor Presidente em Exercício** foi dada a palavra à **Senhora Presidente da Câmara** Municipal de Odivelas, para responder às questões sobre a Actividade e Situação Financeira do Município acima levantadas pelos Senhores Membros da Assembleia Municipal, cuja intervenção seguidamente se transcreve:-----

“Antes de mais queria agradecer as perguntas colocadas, as observações e também alguns incentivos que foram apresentados, em relação à educação e que foi o âmago da intervenção do Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Ramada, que aproveito para saudar e desejar as maiores felicidades nos três anos de mandato que tem pela frente. Como homem do ensino e da educação, não seria de estranhar, que traga aqui a esta Assembleia Municipal estas preocupações, que são também as deste Executivo. Com efeito o Parque Escolar, apresenta de facto situações de ruptura, situações preocupantes. Há ainda muitas escolas em pré fabricados e há escolas em condições deploráveis, como é a Escola do Bairro de São Jorge, por exemplo, na Ramada. A nossa carta educativa, que mereceu um parecer positivo da parte do Conselho Municipal da Educação na generalidade e que ainda será tratada na especialidade, é um documento que faz, de facto, um diagnóstico muito rigoroso, sobre aquilo que temos, sobre o estado em que as escolas



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

estão, do ponto de vista físico, do ponto de vista da ocupação, rácios de alunos, professores e de um ponto de vista também das necessidades futuras, portanto, é um documento prospectivo onde se catalogam as prioridades necessárias para um Município, que tem de facto o seu parque escolar em situação de sobreposição. Há mais de 53% de escolas com horário duplo e, por isso, merece da parte deste Concelho e do Ministério da Educação um alerta vermelho, em termos de rotura do parque escolar, se não tivéssemos novas escolas, como felizmente iremos ter, seguramente durante este mandato. -----

No que diz respeito à Construção da Escola Básica/ Jardim de Infância de Famões, está no nosso orçamento com verba totalmente definida e temos condições, se tudo correr bem, para abrir no ano lectivo de 2008. Quanto à ampliação da Escola Básica da Arroja, temos algumas expectativas que a mesma possa ser objecto de contrato de programa com a CCDR. Fizemos uma reunião na passada sexta-feira com a Sra. Vice-Presidente e ficámos com expectativas que, no primeiro trimestre de 2007, possamos ter mais um sinal positivo por parte da educação e por parte da CCDR, com uma participação significativa para a ampliação desta escola, portanto, não vale a pena estarmos a avançar antes disso, temos que ser prudentes. As expectativas são positivas e, seguramente, pelo menos durante o próximo ano haverá mais um acordo financeiro entre a autarquia, a CCDR e o Governo. Mais uma vez, a nossa prioridade irá para a Educação e para a ampliação desta escola, sendo que temos cinco propostas na CCDR que estão a ser analisadas, para contratos programa, desde a área da Educação ao nosso Cemitério Municipal que tem que ser ampliado, passando também por intervenções nos nossos Poli-Desportivos, quer no Casal do Rato, quer no Casal do Bispo, em Famões. Mas, obviamente, da parte da CCDR, não poderá haver sinal verde para estas cinco propostas, para estes cinco projectos. Iremos, pois, sinalizar os mais prioritários e à cabeça aparece a ampliação também da Escola Básica da Arroja, como mais um equipamento e mais uma ampliação que será de facto necessária. A Carta Educativa espelha isso muito bem, as freguesias que têm mais pressão Urbanística, como a Ramada, Odivelas e a Póvoa, são aquelas que têm mais dificuldades no seu Parque Escolar e têm de facto mais sobreposições e horários duplos e, por isso, tudo faremos, para que a educação continue a ser, uma prioridade neste orçamento e nos orçamentos futuros da Autarquia, porque entendemos que as crianças e a geração que está aí, precisa de ter condições mínimas ou médias, ou seja, sempre no patamar máximo, para que possam ter acesso a uma educação ministrada com qualidade, não só ao nível dos projectos pedagógicos, mas também a nível de condições físicas, para essa mesma oferta educativa.-----

No que diz respeito às intervenções do Sr. Deputado Municipal, Luís Salmonete, e às questões que foram colocadas, respondo desde já a algumas e a outras responderei por escrito. Em relação à intervenção, que fez sobre o parque de estacionamento e que está na página 32, houve da parte deste Executivo uma preocupação que é partilhada pelos Vereadores de todos os Partidos, isto é, que os terrenos expectantes sejam otimizados com o menor custo e, sendo este terreno, o terreno do futuro Centro de Saúde um terreno expectante, esperamos que se veja a luz ao fundo do túnel a médio prazo. Entendemos, entretanto,



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

que não é correcto, do ponto de vista da gestão pura, que não esteja utilizado. Provisoriamente será feito um parque de estacionamento e assim sucessivamente. No nosso lote do Centro Administrativo é a mesma coisa, porque entendemos identificar todos esses terrenos expectantes e optimizá-los, com menor custo, provisoriamente, mas vamos assim resolvendo algumas necessidades, nomeadamente na área do estacionamento, que é uma das principais preocupações deste executivo e que vai ao encontro das necessidades dos nossos munícipes.-----

Em relação ao mercado da Pontinha, tem havido o contacto do Departamento de Planeamento Estratégico, com o Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Pontinha. Entendíamos que era fundamental fazer aqui o lançamento de um concurso para um parceiro privado e já há algumas propostas. A ideia é que não seja a Autarquia a fazer este novo Mercado, ou seja, nesta área como noutras, iremos procurar parcerias publico-privadas, porque o nosso Orçamento Municipal é magro por natureza e os recursos financeiros são escassos. Assim, teremos sempre que possível, ir para este tipo de opções de concursos com parceiros privados. Desde já quero dizer que há três ou quatro empresas interessadas e que poderão elas próprias, apresentar as suas peças. Obviamente que, com as necessidades que temos, seremos nós que asseguraremos depois toda a parte do lay out e do que é necessário ter para o Mercado da Pontinha. Isto é algo que já está a ser feito, em colaboração com o Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Pontinha, pois, já está também a dar os contributos para este Projecto e portanto tudo leva a crer que um compromisso de muitos anos e de vários executivos, e também da Junta de Freguesia da Pontinha, possa ser cumprido. O actual mercado não tem condições mínimas de dignidade, de segurança e é fundamental requalificar-se toda aquela zona envolvente e é isso que se irá fazer.-----

Em relação ao Metro ligeiro de superfície; é verdade que será pioneiro, será a primeira parceria publico-privada na área dos transportes, nunca antes foi feito. O que é que ocorre? Ocorre que se juntaram três sinergias importantes: o Grupo Amorim, por causa do empreendimento Dolce Vitae; a Luso Capital, por causa do Parque de Ciência e Tecnologia e a Hercesa, em Loures. Estes três promotores, digamos assim, disponibilizarão verba para fazer a infra estruturação e as expropriações que serão necessárias. O Ministério dos Transportes, a Secretaria de Estado em particular, terá que disponibilizar o material circulante e fazer um investimento também ainda considerável. Neste momento está uma equipa de consultores a fazer toda a concepção e todo o projecto. Actualmente o projecto que temos de rede, ou o traçado que temos para Odivelas é muito diferente do que no passado foi definido. É mais pequeno, porque se entendeu que a área anterior, era uma área que não tinha também destinatários e, portanto, tentou-se fazer um traçado que correspondesse às expectativas das pessoas que aí vivem. O traçado irá, necessariamente, abarcar a zona da Arroja, do Olival de Basto e Odivelas. Mais pormenores sobre este traçado e sobre este projecto faremos mais tarde. Com certeza que os Senhores Deputados Municipais, nas comissões competentes, poderão e deverão junto do Planeamento Estratégico pedir mais informações sobre estes projectos estruturantes, que estão a ser feitos. No QREN já vem a consagração deste metro ligeiro de



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

superfície, em que este projecto já aparece como projecto de médio e longo prazo. É inovador este tipo de parceria publico-privada que irá ter um contributo bastante significativo em termos de investimento financeiro. Da parte do Ministério dos Transportes o que vos quero dizer é que iremos fazer no início de Janeiro uma reunião com os três Presidentes de Câmara e os Promotores, para que também a Administração Central nos diga se vão ou não disponibilizar a verba necessária. Neste projecto, tal como noutros, a prudência terá que ser muita porque as expectativas são elevadas e quero crer que se houver este cruzamento de boas vontades, como está a haver, teremos, seguramente, um bom traçado e uma boa opção para o concelho de Odivelas e mais uma grande revolução, em termos de transportes, como foi o Metro.-----

Em relação à questão da Rua Major Caldas Xavier e às outras responderei por escrito.-----

Em relação ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Caneças, quero dizer-lhe que quando tivemos a Presidência aberta foi apresentado um pré-projecto, que penso será ainda mais melhorado. O que se pretende é no início do ano, nos primeiros dois meses do ano, fazermos na casa da cultura, tal como fizemos com as discussões preventivas do PDM, mediante uma reunião preparatória com Sr. Presidente de Junta da Freguesia de Caneças, uma apresentação pública do projecto tal como está, e penso que a preocupação do Planeamento Estratégico foi fazer uma conciliação, nem sempre fácil, de alguns elementos afectivos e históricos, como manter a pedra de cascata, como manter alguns elementos que têm a ver com o romantismo daquele largo tem e com a ligação que as gerações mais antigas têm àquele largo, portanto, o projecto tenta conciliar esse equilíbrio do passado e do afecto com algum futurismo, mas enquadrado no espírito que preside àquela encantadora vila, sendo que a discussão pública é feita para isso mesmo, para receber ainda mais contributos. Não é um projecto fechado, será um pré-projecto, um ante-projecto se lhe quisermos chamar, que será apresentado à população e penso que nos primeiros dois meses do ano, Janeiro ou Fevereiro teremos condições para fazer essa discussão pública indo ao encontro das expectativas da população e auscultando-a como deve ser, porque é um projecto estruturante para a Freguesia de Caneças. Estruturante e necessário, porque o Largo precisa mesmo de ser requalificado, a ode daquele Largo será de facto a água como simbolismo de todas as fontes e todo o roteiro da água que Caneças tem tão bem representa.-----

Em relação ao terminal de Caneças, as informações que temos, é a de que a PT tem de remover alguns cabos e material que lá está, não é nossa responsabilidade, nós oficiámos em conformidade, já insistimos também. Este Executivo assumiu fazer a obra, estabeleceu um calendário, ele foi cumprido e o Sr. Presidente da Junta de Caneças tem vindo a ser informado pelo Departamento de Obras Municipais daquilo que estou neste momento a dizer. E iremos mantê-lo informado do que está a acontecer. Fique aqui claro, que não nos é imputável, neste momento. Cumprimos a nossa obrigação, fizemos a obra, corrigimos o problema que encontrámos, as deficiências que encontrámos, agora de facto é a PT que está a dificultar o



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

problema, esperemos que ele se resolva num curto prazo, com a insistência e pressão que iremos fazer, seguramente.-----

Em relação às questões da Sra. Deputada Lúcia Lemos, que fez a sua avaliação em relação à actividade da Câmara Municipal, observações que respeito, queria dizer-lhe que em relação aos prazos da DGOU, às certidões, falou em dez dias, mas quando assumi o Urbanismo havia por vezes prazos de quinze, vinte dias, portanto, passámos para metade com grande esforço e trabalho de equipa, se conseguirmos reduzir mais, tanto melhor, mas já foi feito um grande esforço ao reduzir para mais de metade os dias que eram necessários para a obtenção de certidões. Quanto aos alvarás também estão a ser emitidos em três dias, houve uma boa recuperação. Claro que com a modernização administrativa, a gestão documental e com o workflow, que se vai implementar na DGOU como o primeiro projecto piloto, queremos ainda reduzir mais os prazos e permitir que as pessoas nem tenham que sair de casa e que tenham a informação on-line.-----

Em relação à questão financeira, já foi aqui retratada. Sabemos que a taxa de execução é baixa, e isso revela a prudência que temos que ter, nomeadamente na parte da despesa que não podia ultrapassar a execução da receita, tinha de haver aqui este equilíbrio. Nos últimos três meses do ano houve quase que uma paralisia de novos cabimentos, por forma a que não houvesse qualquer desequilíbrio, de facto, neste último trimestre recuperámos imenso nas despesas correntes, porque eliminámos nas iniciativas, despesas tidas supérfluas, outras entendidas não essenciais nem prioritárias, a utilização do transporte Municipal da Autarquia e não a subcontratação, as horas extraordinárias para serviços não essenciais e aquelas que são efectivamente feitas. Tudo isto nos permitiu recuperar um quadro que era preocupante no que diz respeito às despesas correntes e são essas que têm que ser travadas, de forma a conseguirmos o reequilíbrio financeiro. Em relação ao ressarcimento da dívida de origem, obviamente que é uma preocupação de todos os partidos e convido todos a fazer a pressão necessária e suficiente junto da Administração Central, para que este ressarcimento venha. A última reunião que fiz com o Sr. Secretário de Estado, foi mais uma vez nesse sentido, sobre o ressarcimento da dívida de origem, um regime de excepção no que diz respeito aos SMAS e sobre a partilha dos SMAS, caso a mesma venha a ocorrer, e um regime de excepção no limite ao indevidamento, no que diz respeito a empréstimos que tenhamos que assumir por causa do SMAS. Recordo que em relação à dívida de origem, há aqui uma dupla penalização, que foi não sermos ressarcidos e ainda por cima os empréstimos contraídos contarem para o limite ao indevidamento, portanto há aqui uma dupla penalização que tem que ser, necessariamente, reparada. Contem com este executivo para essa firmeza e determinação. Temos vindo a fazê-lo, não com os resultados que queríamos, os resultados ainda são desanimadores, mas não vale a pena perder a esperança e portanto da parte de todos os Deputados Municipais e de todos os partidos, por parte das Comissões competentes, são bem-vindos todo o tipo de pressão, junto do Governo de forma a que esta situação possa ser resolvida.-----

Em relação às dívidas residuais, foi das primeiras coisas que detectei, vi os mapas e perguntei-me porque é que havia pequenas franjas, em 2001, 2002, 2003 e coisas tão "ridículas" em termos de verbas. Não foram



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

os nossos financeiros que se esqueceram ou por negligência, são mesmo situações, algumas contenciosas, outras por questões administrativas que não se têm conseguido resolver, outras que têm que ver com dívidas à Segurança Social de entidades, que não permitem que a Câmara Municipal faça o devido pagamento. Cada uma dessas diversas franjas tem uma explicação, está a ser tratada, foi uma das orientações que dei assim que assumi a Direcção financeira, porque eu própria achava estranho do porquê de verbas residuais, espalhadas ao longo dos anos, mas a explicação é esta. Não é esquecimento nem é negligência, são mesmo questões contenciosas e administrativas que estamos a tentar resolver.”-----

O **Senhor Presidente em Exercício** deu por terminada a análise e apreciação do Ponto 1 da Ordem do Dia.-----

PONTO 7 - ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO DO MUNICÍPIO PARA 2007 -----

Presente para deliberação, a proposta de Orçamento e Grandes Opções do Plano do Município para o ano de 2007, de acordo com o Preambulo, datado de 6 de Dezembro, remetido pela Senhora Presidente da Câmara a esta Assembleia Municipal e aprovado a 4ª Reunião Extraordinária da Câmara Municipal de Odivelas, realizada a 11 de Dezembro de 2006, que seguidamente se transcreve:-----

“PREÂMBULO-----

I – Considerações Iniciais-----

As actuais dificuldades financeiras que afectam a generalidade dos Municípios portugueses são particularmente sentidas no Município de Odivelas, o qual, apesar da sua curta existência de 8 anos, viu agravada a sua situação financeira em resultado da partilha com o Município de Loures e dos compromissos assumidos no âmbito da referida partilha.-----

A necessidade em se efectuar um conjunto significativo de investimentos municipais num território que se encontrava desqualificado e com inúmeras carências ao nível do parque escolar, equipamentos e em matérias de âmbito social, levaram a um enorme esforço financeiro nos primeiros anos de existência deste município, esforço que terá de continuar a ser prosseguido, sob pena dos Odivelenses verem defraudadas as suas legítimas expectativas de uma melhor qualidade de vida e de uma política de maior sustentabilidade neste território.-----



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

O Orçamento e as Grandes Opções do Plano são os instrumentos base da actividade municipal e é através destes documentos previsionais que são fixadas as linhas estratégicas orientadoras para o ano de 2007.-----

II – As Orientações Estratégicas-----

Se, por um lado, as dificuldades financeiras colocam em causa a cabal prossecução dos objectivos que se queriam ver concretizados, não podem essas mesmas dificuldades serem portadores de desânimo e de incapacidade na gestão municipal, devendo, ao invés, trazer-nos o engenho e a arte para se ultrapassarem os inúmeros obstáculos com que nos deparamos no dia-a-dia do Município.-----

Assim e apesar das restrições orçamentais serem fortemente penalizadoras para o Município de Odivelas, o que terá óbvia tradução no Orçamento e nas GOP's 2007, nem por isso se deixou de dotar as rubricas orçamentais com os valores necessários ao cumprimento dos principais objectivos a prosseguir.-----

Incluem-se, neste âmbito, pelo seu especial significado, um conjunto de obras e de actividades, a saber:-----

- a construção da nova EB/JI de Famões;-----
- as refeições escolares, que pela primeira vez vão abranger 100% das crianças;-----
- as intervenções no parque escolar municipal;-----
- o Projecto e construção do Jardim Botânico de Famões;-----
- a Limpeza e desobstrução das Linhas de Água;-----
- a construção do Canil/Gatil Municipal;-----
- a construção do Parque de viaturas abandonadas, com lotação para 2000 carros;-----
- o Projecto de requalificação da Praça de São Bartolomeu na Pontinha e da Rua Guilherme Gomes Fernandes em Odivelas;-----
- o desenvolvimento dos Projectos tendentes à construção dos futuros mercados de Odivelas e da Pontinha;-----
- a conclusão do Espaço Jovem;-----
- a repavimentação e outras intervenções em espaços públicos;-----
- o investimento no Plano Especial de Realojamento, cuja 2.ª Fase será lançada no início de Janeiro de 2007;-----
- Projectos inovadores e estruturantes como o Centro Empresarial da Paiã, o Polo Tecnológico de Famões ou o Plano de Mobilidade Concelhia; -----
- Discussão pública do PDM;-----
- as transferências para as Associações de Bombeiros Voluntários do Concelho;-----



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

- as transferências financeiras para as Comissões de Administração Conjuntas e Associações de Proprietários em AUGI's.-----

A Câmara Municipal de Odivelas tem, ao longo dos anos, delegado nas Juntas de Freguesia um conjunto de importantes competências que constam do Protocolo de Delegação de Competências nas Juntas de Freguesia (PDCJF). Este documento foi revisto e actualizado numa base técnica, tendo sido encontrados critérios mais objectivos que permitem suportar, com maior rigor e transparência, cada competência delegada. -----

Sendo o PDCJF um instrumento importante de actuação no terreno importa que o mesmo seja constantemente avaliado e melhorado, procurando-se que este acompanhe a evolução da sociedade. -----

A revisão que foi efectuada ao PDCJF conduziu à redução do envelope financeiro a transferir para as Juntas de Freguesia. Neste contexto, de forma a minimizar os impactos financeiros da referida diminuição a Câmara Municipal decidiu abdicar, por mais um ano, das receitas resultantes da publicidade e ocupação da via pública. Apesar da dificuldade da obtenção de receitas, mais uma vez, o Município entrega às Juntas de Freguesia essa importante receita para a realização das diversas actividades e apoios sociais dessas Autarquias.-----

A Câmara Municipal de Odivelas tem vindo a tomar medidas de contenção da despesa municipal como forma de diminuir os constrangimentos financeiros, em especial nas despesas correntes, destacando-se, a esse nível, a centralização na Divisão de Aprovisionamento de todos os processos de aquisição de bens e serviços, as restrições ao uso de viaturas, a criação do parque de máquinas e viaturas, a redução do recurso ao trabalho extraordinário, a diminuição da despesa com arrendamentos para instalações de serviços, optando-se por uma política de concentração de serviços e a utilização, sempre que possível, de instalações municipais.-----

No capítulo das operações financeiras assume especial relevância, o montante dos juros e amortizações da dívida a pagar às entidades bancárias no decurso do ano de 2007 e que se prevê de € 5.048.496,08, correspondendo a 5,4% do total do orçamento de despesa. O aumento da taxa de juro e o facto de o período de carência de amortização de capital de todos os empréstimos ter terminado, implica um aumento de 20,14% de despesa relativamente ao ano anterior. -----

Outra questão que se assume de enorme relevância e de interesse estratégico para o Município são os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Loures (SMAS).-----



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

As negociações com vista à partilha entre Loures e Odivelas relativamente aos SMAS não têm produzido os resultados esperados já que as posições quanto a eventuais compensações resultantes da partilha, a valorização a preços de mercado do património integrado no domínio privatístico daqueles Serviços e as participações sociais originárias detidas na Valorsul pelo Município de Loures, não tem gerado os indispensáveis consensos. Neste sentido afigura-se preocupante a actual situação da partilha dos SMAS devendo o Município de Odivelas equacionar a sua posição negocial face ao actual enquadramento.

Assinale-se neste contexto que o orçamento para 2007 compreende as dotações necessárias à regularização da dívida acumulada junto dos SMAS, com o pagamento de 150.000,00 Euros mensais, assim como os montantes dos consumos mensais.

Será também no orçamento de 2007 que se iniciarão os pagamentos mensais dos serviços prestados pela empresa SIMTEJO, o mesmo acontecendo com o pagamento da dívida a esta empresa.

A dimensão e a qualidade do quadro de pessoal do Município representa uma enorme mais valia que se pretende ver ainda mais dinamizada, razão pela qual se reduziram ao mínimo as dotações para subcontratação de serviços direccionados às iniciativas. Pretende-se que as iniciativas sejam idealizadas, pensadas e implementadas no terreno com os nossos próprios funcionários.

III – Quadro Financeiro

Ao nível da receita a Câmara Municipal prevê arrecadar 93.897.354,60 Euros, montante ligeiramente inferior ao previsto para 2006 (94.188.164,19 Euros). Prevendo-se um aumento de 1,8% ao nível da receita corrente, por comparação com o orçamento de 2006, com a correspondente diminuição na receita de capital.

No Capítulo da receita prevêem-se aumentos na arrecadação de Impostos Directos (1,4 milhões de Euros), Impostos Indirectos (760 mil Euros), Taxas, Multas e Outras Penalidades (700 mil Euros), Transferências Correntes (1,7 milhões de Euros), Transferências de Capital (200 mil Euros) e Passivos Financeiros (800 mil Euros).

Ainda no Capítulo da receita prevêem-se diminuições na arrecadação de Rendimentos da Propriedade (200 mil Euros), Venda de Bens e Serviços Correntes (2,1 milhões de Euros), Outras Receitas Correntes (500 mil Euros), Outras Receitas de Capital (880 mil Euros) e na Venda de Bens de Investimento (2 milhões de Euros).



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

Ao nível das receitas de capital prevê-se alienar de 3 lotes na Arroja para Habitação PER e 6 lojas resultantes do loteamento em curso. Estão igualmente em condições de alienação 306 habitações que integram o património imobiliário municipal, prevendo-se que, em 2007, seja transmitido para o Município de Odivelas, com vista à sua posterior -----

alienação, os cerca de 455 fogos que estão actualmente sob gestão do Governo Civil de Lisboa, bem como o loteamento industrial do Casal do Cochicho. Prevê-se que para além das alienações relativas aos fogos pertencentes ao património imobiliário municipal e aos lotes atrás indicados, o Município estará em condições de proceder à venda dos lotes resultantes do loteamento da Quinta da Memória e do Centro Administrativo da Ribeirada.-----

Nas receitas de capital incluem-se ainda as verbas resultantes da transferência do Orçamento do Estado e do PROQUAL e dos Acordos de Colaboração/Cooperação assinados pela Câmara Municipal.

Ao nível do orçamento da despesa a dotação global final situa-se nos 93.897.354,60 Euros, montante ligeiramente inferior ao Orçamento de 2006, mas que é efectiva e realmente mais baixo, pois, este valor inclui a dívida apurada no Relatório da Auditoria Interna no qual se veio a constatar que não estavam contabilizados no Orçamento de 2006 a totalidade da dívida da CMO junto dos terceiros.-----

Ao nível da despesa corrente verifica-se um aumento na ordem dos 10,2% (6,400 mil Euros), consequência da inscrição, como já foi referido, da totalidade da dívida a terceiros, assim como das dotações necessárias aos pagamentos mensais dos serviços prestados pela empresa SIMTEJO. Consequentemente a despesa de capital apresenta uma redução de 7.200 mil Euros.-----

A elaboração deste instrumento estratégico representa um enorme esforço de contenção e de rigor que deverá ser prosseguido em 2007, não podendo ser colocado em causa a prossecução do interesse público e os superiores interesses dos municípios de Odivelas.-----

O Senhor Presidente em Exercício deu a palavra à Senhora Presidente da Câmara, para apresentação do referido Ponto, tendo a mesma sido realizada em sistema de Power Point.-----

Seguidamente, usaram da palavra neste ponto, os seguintes Membros da Assembleia Municipal:-----



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

Adventino Amaro, pela bancada da **CDU**, proferiu uma intervenção que será convertida em declaração de voto.-----

Luís Salmonete, pela bancada do **PSD**, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve:-----

“Este é de facto um momento especial para a Assembleia Municipal.-----

E este momento surge quando somos chamados a nos pronunciar sobre As Grandes Opções do Plano, já que o Orçamento reflecte unicamente aquilo que são as nossas opções e nem facto de serem inscritas mais ou menos verbas é relevante, pois o que conta é o resultado final.-----

Se, tudo o que está previsto ser feito durante o próximo ano, for efectivamente concretizado, poderemos dizer que as opções são realistas, e vou citar só algumas, a saber:-----

- *Construção da nova EB / JI de Famões;-----*
- *Conclusão do Espaço Jovem;-----*
- *Construção do Parque de viaturas abandonadas;-----*
- *Construção do Canil / Gatil Municipal;-----*
- *Investimento no Plano Especial de Realojamento;-----*
- *Construção no Jardim Botânico de Famões-----*

A par de outras intervenções nas mais variadas áreas e ao desenvolvimento de vários projectos.-----

Com pés bem assentes no chão, podemos dizer que estas são de facto as opções possíveis, num quadro de forte contenção orçamental.-----

Para nós a contenção orçamental não é novidade, ouvimo-la muitas vezes no mandato anterior, mas chegámos ao final do mandato com muito para fazer.-----

Herdámos uma desagradável surpresa para este mandato, que foram mais 8 milhões de euros de dívidas a terceiros, a juntar à dívida que já exista, o que vai fazendo com que se torne cada vez mais difícil a desejada recuperação financeira.-----

Mas estamos convictos de que vamos conseguir.-----

Já foram tomadas importantes medidas de contenção e sinceramente esperamos que agora se esteja no caminho certo, não só da desejada recuperação financeira, mas também na continuação de uma gestão equilibrada, no lançamento de alguns projectos e na concretização de algumas infra-estruturas.-----

Em relação aquilo que prometemos no início do mandato, e aquilo que eram e são as nossas expectativas, estamos um pouco atrasadas, mas ainda temos praticamente três anos de mandato para recuperar e cumprir aquilo que foi dito, e para que Odivelas, deixe de ser um Concelho eternamente adiado.-----

Vamos fazer uma pequena reflexão sobre o que, segundo a nossa perspectiva, faz falta em Odivelas.-----

Odivelas não tem frente ribeirinha ou marítima, por isso, torna-se necessário o planeamento e a construção de amplos espaços verdes e de uma segunda piscina.-----



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

Odivelas, necessita de um Pavilhão Municipal condigno.-----
Há algumas áreas para recuperar em termos urbanísticos e realojamento por fazer, apesar de muito se ter avançado nesta área.-----
Há importantes vias para terminar e outras para recuperar.-----
Temos o Metro, mas o estacionamento onde é possível, ou seja no Senhor Roubado, é insuficiente.-----
Isto não tem nada de utópico ou de irrealista, são infra-estruturas básicas que fazem falta, e que poderão ou não, avançar neste mandato, mas que terão que estar sempre presentes como objectivo, a par de outras que não são aqui mencionadas.-----
É claro, temos os Centros de Saúde, mas isso não é de nossa responsabilidade.-----
É evidente que as necessidades não são só estas, há mais.-----
O trabalho do executivo abrange dezenas de pequenas coisas no dia a dia, algumas não tão pequenas como isso, e que não têm tanta visibilidade mas que são necessárias executar, para que tudo funcione.-----
Depois, temos algumas decisões que terão que ser partilhadas e votadas na Assembleia Municipal, e que dizem respeito ao,-----
PDM – Plano Director Municipal, até porque será aqui que irá ser aprovado em último lugar.-----
Sabemos o esforço que tem sido feito para divulgar este documento estratégico, mas, continuamos a afirmar que a Assembleia Municipal não tem sido envolvida e chamada a participar de modo mais intenso.---
Quando no passado dia 14, nesta Assembleia Municipal, disse que não tínhamos ainda discutido o PDM, estava a referir-me a este mandato, e estava a lembrar a promessa que a Senhora Presidente fez, no passado mês de Junho, de que convocaria uma Assembleia Municipal em Outubro para se discutir este documento. -----
SMAS – Há que discutir os SMAS, e a melhor forma para a sua gestão, que também deverá vir a esta Assembleia Municipal, para se saber como pensam todas as forças políticas, antes da decisão e votação em sede de executivo.-----
Temos acompanhado a situação com muita atenção e sabemos que o processo é complicado, mas a decisão não pode ser adiada por muito mais tempo, seja ela qual for.-----
É tudo quanto temos a dizer, relativamente às Grandes Opções do Plano.-----
No que diz respeito ao Orçamento.-----
Nunca perdemos muito tempo a dissecar orçamentos a não ser na parte das Receitas Correntes, no que diz respeito ao acompanhamento da evolução de alguns impostos designadamente os Impostos Directos, e, nas Receitas de Capital, as Vendas de Bens de Investimento.-----
Assim como, nas Despesas Correntes, as Despesas com o Pessoal e a aquisição de Bens e Serviços.-----
Ainda relativamente ao Orçamento e para lá das projecções relativamente ao recebimento dos diversos impostos e da venda de alguns bens, pouco há a dizer a não ser o facto de quanto maior for a verba inscrita artificialmente, menor será o grau de execução.-----



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

Para terminar.....
Visto de uma maneira global este Orçamento e as Grandes Opções, não são de facto muito ambiciosos, nem o poderiam ser pelas razões atrás aduzidas, mas também não é um Orçamento de Gestão Corrente, como alguns desejariam.....
Boa sorte é o que deseja a Bancada do PSD e bom ano de 2007.”.....

João António, pela bancada do PS.....

Presidente da Junta de Freguesia da Ramada, **Francisco Bartolomeu**, pela bancada da **CDU**, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve:.....

“A expressão G.O.P. (Grandes Opções do Plano) não condiz com a verdade dos factos. Na realidade seria mais adequado dizer grandes obstruções do plano porque na prática é disso que se trata. E isto porque os sucessivos governos, uns com mais outros com menos desfaçatez, têm feito uma repartição injusta das verbas entre o Estado e o Poder Local. Este tem sempre saído a perder. O empobrecimento gradual das autarquias – neste momento com um montante de verbas atribuído que representa 1,8% do PIB – limita a sua autonomia e retira dinâmica ao seu exercício. Ainda assim, acusam-nos de despesistas.....
E isto é inacreditável porque têm sido os autarcas quem mais faz, quem mais investe no progresso e bem-estar das populações.....

A sanha privatizadora e de desresponsabilização do Estado justificados por um economicismo neo-liberal que apenas produz ricos cada vez mais ricos e pobres cada vez mais pobres, é em si mais um ataque ao Portugal de Abril que por definição se pretende desenvolvido, descentralizado e assim mais justo e solidário. Não é isso que vemos em redor.....

Para quem se move por um interesse altruísta, não há pior maneira de celebrar 30 anos de Poder Local democrático assistindo ao seu constante e progressivo estrangulamento.....

Assim se compreende que as condições de vida das pessoas, nomeadamente, o emprego, a saúde, educação estejam a ser tão atacados.....

E a Ramada não é uma excepção, como se compreende.....

A redução das verbas para 2007 vai obrigar a uma contenção que vai afectar a população no seu todo, mas o executivo a que presido vai continuar a dar o seu melhor pela Ramada.....

Quanto ao investimento nas escolas públicas de que tanto carece, nomeadamente ao nível do pré-escolar e 1º ciclo, continua lá o terreno para a construção da escola dos Apréstimos.....

O Centro de Saúde continua a ser uma miragem para quase 20.000 habitantes. A piscina municipal da Ramada é outro bom exemplo – a tal que se disse ser uma prioridade para 2005. Estas sim, são, algumas



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

das grandes opções de um outro plano para o nosso Concelho. Não este. Nunca é demais repetir que a CDU questiona políticas e apresenta as suas propostas. Não perco tempo com ataques pessoais. Assim desejo ser entendido.-----

Senhor Presidente,-----

Senhoras e Senhores deputados,-----

Senhora Presidente da Câmara,-----

Sras. E Srs. Vereadores,-----

Nesta época em que se trocam lembranças, trago-vos dois presentes em representação da população da Ramada. Eles são de altíssimo valor – o estoicismo de pais, alunos e professores da escola Eça de Queirós e sensação de alívio que os moradores da Cova da Pia experimentaram quando viram asfalto no seu bairro, que pôs fim à odisséia diária de usarem dois pares de sapatos – um até ao autocarro e outro, do autocarro ao emprego. Já agora, diga-se que a Junta ainda não foi ressarcida dessa verba, mas acredita sinceramente que tal irá acontecer um dia.-----

“Bom mesmo é ir à luta com determinação, abraçar a vida e viver com paixão, perder com classe e vencer com ousadia porque o mundo pertence a quem se atreve e a vida vale demasiado para ser insignificante.”

Charles Chaplin-----

A todos, Votos de Boas Festas e um melhor 2007.”-----

Vanessa Porto, pela bancada do **PS**;-----

José Falcão, pela bancada do **BE**, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve:-----

“A discussão dos documentos previsionais para 2007 reivindica um ponto prévio. O Partido Socialista clarificou finalmente a dívida a terceiros de curto prazo em Dezembro de 2005. Era realmente como o Bloco de Esquerda tinha contabilizado de 25 Milhões de Euros. Mas conseguiram os vossos objectivos: ganharam as últimas eleições autárquicas. Com uma grande mentira é verdade também. Uma mentira de 25 Milhões de euros que conseguiram ocultar durante um ano.-----

Pouco antes das eleições diziam, e juravam mesmo, ser de 3 a 4 Milhões. No fim de 2005 era de 7 Milhões, pelas contas que V. Exas. Aprovaram. Seis meses depois era já de 15 Milhões pela artimanha, que fazia parte da estratégia, de uma auditoria interna que resolveram arquitectar. Mas mesmo face à verdade fugiram V. Exas. Só agora, e para que a verba se reflecta apenas no orçamento de 2007, a Sra. Presidente de Câmara, Presidente da Assembleia Municipal no mandato anterior, vem assumir a verdade das contas, mas ainda assim fá-lo apenas na declaração de voto que apresentou em reunião de Câmara. Uma questão desta importância passou à margem do Preâmbulo de apresentação do Orçamento.-----



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

Em suma para lá do desastre, com consequências irreparáveis, que foram estes oito anos, 2005 foi um descalabro completo que agora se confirma aos olhos de todos. Os cidadãos e as cidadãs de Odivelas sofreram, sofrem e sofrerão no futuro as consequências da vossa concepção completamente distorcida de democracia.-----

Talvez pelos poucos acertos da nova Lei das Finanças Locais com a ferramenta de trabalho que serão as auditorias externas a democracia em Odivelas se torne de facto.-----

E agora?-----

Agora a culpa-se a situação financeira grave por que o Município de Odivelas passa a tenta-se, repetidamente, passar a ideia de que tudo se resume ao momento histórico da partilha e com isso justifica-se o pouco ou nada que se pode fazer.-----

Mas também aqui se encontra uma falácia mais.-----

A verdade é que este executivo abdica uma vez mais de mudar o panorama social de Odivelas, porta-se cada vez mais como um gestor preocupado com a aparência que se esquece repetidamente da essência.---

Os valores são unicamente os economicistas: as pessoas continuam esquecidas. Este executivo é um verdadeiro promotor imobiliário e empresarial e que como todos os seus semelhantes quer deixar para o futuro apenas as grandes “obras do regime”. Se olharmos para os anos seguintes é fácil antever o Centro Empresarial da Paiã e o Pólo Tecnológico de Famões a substituírem a nível local o que o TGV fará a nível nacional: deitando por terra quaisquer melhorias das condições de vida da população do Concelho de Odivelas, quaisquer veleidades de dignificação dos cidadãos e cidadãs que habitam este concelho.-----

Começamos por verificar a vergonha de centenas de Milhar de Euros em aquisição de Software (Pág. 70) quando existem soluções livres que este executivo possivelmente nunca equacionou ou pretende repetidamente passar ao lado deste desafio.-----

Gastam-se Milhões de Euros em Alugueres (Pág. 74) não se avançando decisivamente para a construção do Edifício Administrativo contribuindo sucessivamente para o deficit do município.-----

Depois são só 700 000€ direccionados às Actividades de Enriquecimento Curricular (Pág. 83), ou seja para os agentes privados, aqueles que no preço dos seus serviços incluem o lucro. Sem a procura de soluções alternativas e participadas, a gestão faz-se apenas quando há dinheiro, a imaginação, o engenho, a criatividade foram todos declarados mortos.-----

As escolas necessárias (Pág. 87) são menos urgentes e menos importantes que a beneficiação de duas estradas e a colocação de sinalização (Pág. 142) adequada. Algum dinossauro andou por aí a comer sinais de certeza. Estão em causa mais de 4 Milhões de Euros.-----

As obras de beneficiação dos Centros de Saúde (Pág. 91) que o Sr. Correia de Campos prometeu à Sra. Presidente eram isso mesmo promessas, mas promessas em que a Sra. Presidente acreditou. Agora já não acredita tanto, deixou, neste orçamento, apenas 11 000€ dos 411 000€ necessários.-----



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

Quanto aos Projectos de Intervenção Social (Pág. 93, 94 e 95) de 135 000€ projectados estão apenas definidos 9 000€.

Nos equipamentos para os idosos (Pág. 95) não se fazem todas as intervenções necessárias porque o Projecto e Construção do Jardim Botânico de Famões é muito mais urgente.

Os estudos e projectos de arquitectura e urbanismo (Pág. 100, 101 e 102) levam 200 000€, e muitos estendem-se por vários anos sem perspectivas de qualquer execução. Não seria melhor entregar por atacado ao projecto European ou avençar um grande arquitecto português?

A SIMTEJO (Pág. 105) e os SMAS (Pág. 149) levam só em 2007, mais de 10 Milhões de Euros, mas as nossas ribeiras continuam poluídas os problemas da água e saneamento acontecem todos os dias e dos investimentos destas empresas no Concelho nada vemos e das suas contas ainda menos. É preciso é pagar tudo: isso é que é inadiável.

Do INAG o mesmo, mas gastam-se mais de 500 000€ na gestão das linhas de água (Pág. 108).

A Cultura (Pág. 117), para lá das bibliotecas, vai para três clientes, tudo o resto é paisagem. A Malaposta, o Conservatório e a Escola Agrícola repartem o orçamento. A Malaposta leva mesmo a grande fatia, enquanto o Auditório Municipal fica uma vez mais adiada em desfavor de um investimento mais Máximo. O Conservatório por seu lado vai aparecendo aqui e ali no orçamento sem no fim se perceber quanto leva na totalidade do orçamento da Câmara Municipal de Odivelas mas não deve andar longe das duas centenas de milhar de Euros.

O 25 de Abril, esse que se contente com 3000€ (Pág. 118) o mesmo que se vai gastar para pendurar umas coisas na Biblioteca (Pág. 119).

O concerto de uma confissão religiosa (Pág. 122) leva 1000€, o Rotas, Gentes, Culturas e Comunidades morre em 500€.

Os programas de apoio ao associativismo (Pág. 126) ficam a 0€ talvez para a Malaposta fazer uma obrázita.

O Desporto (Pág. 128) também tem os seus clientes: as piscinas, os grandes eventos e as festas, enfim as “flores”.

A eliminação das barreiras arquitectónicas no concelho (Pág. 142) recebem 40 000€, ou seja é só para constarem como preocupação e pouco mais.

A iluminação de Natal (Pág. 151) pára em 2007 e ainda bem, e esperemos que não volte. Afinal a crise ainda tem as suas alegrias.

Para lá das más opções evidentes, em detrimento de outras mais urgentes e mais necessárias, toda a gestão deste executivo está contaminado de um atavismo incompreensível. Não existem soluções para lá da gestão corrente.

O executivo não reconhece as necessidades da população, evidenciadas em documentos oficiais, nem o pensamento evoluído sobre os modos de agir localmente. Repete à exaustão um modelo de



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

desenvolvimento esgotado, que não olha para o lado, num anacronismo que só não é risível porque nos dói na carne.-----

Uma última nota para a diminuição assinalável no Protocolo de Delegação e Competências que afectará a cobertura adequada das necessidades das populações. Um assunto onde cada Presidente de Junta poderá dizer de sua justiça e que com muita atenção seguiremos.-----

Alcina Trindade, pela bancada do **PS**, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve:-----

“Exmo. Senhor Presidente A.M-----

Exmo. Senhores Membros da Mesa-----

Exmos Senhores Deputados-----

Exma Senhora Presidente da Câmara-----

Exmos Senhores Vereadores-----

Exmo. Público-----

Comunicação Social-----

Funcionários-----

O Concelho de Odivelas através dos seus Órgãos eleitos, tem a responsabilidade de encontrar as melhores soluções para a resolução dos problemas dos seus Municípios ,numa estratégia de um maior desenvolvimento sustentável e da promoção de uma maior Cidadania contribuindo também para uma requalificação do Concelho e conseqüentemente para uma melhoria da qualidade de vida.-----

Porém todos nós sabemos que o Concelho de Odivelas, atravessa uma situação financeira muito difícil, que urge urgentemente com o esforço de todos contribuir para um maior Equilíbrio Financeiro e um maior desenvolvimento Sustentável. -----

Verificámos no entanto que por parte deste Executivo, foram tomadas medidas que residem na necessidade imperiosa de travar a dívida acumulada e promover um maior equilíbrio Financeiro.-----

Apesar de termos um ano de grande contenção e de enormes constrangimentos, verificamos que foram mantidas como objectivos prioritários o investimento Municipal-----

Quer na área da Habitação Social quer na Acção Social.-----

Destacamos especialmente, a afectação das verbas necessárias para o empreendimento Habitacional da Arroja, 1ª Fase, que permitirá o alojamento de 64 Famílias PER, que se espera ocorra no 1º Semestre de 2007 e ainda, para os Projectos de Reabilitação dos Fogos Municipais.-----

De referir os Projectos de Reabilitação dos Fogos Municipais e a contemplação necessária de uma verba para o lançamento de uma candidatura junto do ING ao Programa PROHABITA, que permitirá o



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

realojamento de cerca de 80 agregado familiares que habitam em habitações degradadas, mas que não fazem parte do PER.-----

O Esforço, não se ficou por aqui, pois estão previsto para 2007, verbas destinadas a intervenções de combate às desigualdades Sociais e na defesa através de uma política de uma Habitação Sociais e na defesa de uma cidadania activa,-----

Fez-se uma aposta na Habitação Social que através do PER e de Fogos a Custos controlados , prossegue a II Fase do PER com um investimento no valor de 4.415,000,00 para a reabilitação dos Fogos Municipais e da Erradicação de Habitações precárias -----

A Inclusão Social, passa também pelas prioridades deste Executivo, ao assegurar que todas as crianças das Escolas do Ensino básico uma refeição quente, pela criação de emprego,, pelo reforço de Projectos “ Os Patrulheiros “ e o Clube em Movimento, a Universidade Sénior.-----

O apoio constante, junto da 3ª idade e das IPSS e das Crianças e Jovens em Risco e as crianças mais carênciadas são outra preocupação deste Orçamento.-----

È este esforço patente em todo o Orçamento, que apesar das restrições financeiras e de todos os constrangimentos mantêm um conjunto de políticas Sociais, que permitirão um Município mais solidário .-----

Por todas estas razões a Bancada do Partido Socialista, votará favoravelmente os Documentos previsionais para o Ano de 2007.”-----

Presidente da Junta de Freguesia de Caneças, **Armindo Fernandes**, pela bancada da **CDU**; proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve:-----

“Senhor Presidente, Sobre o Documento em apreciação, quero colocar um conjunto de situações que se relacionam com a Freguesia que aqui represento.-----

Tive o cuidado de percorrer todo o Orçamento e as Grandes Opções do Plano, para analisar as propostas de intervenção municipal, ao longo do concelho, nomeadamente, em Caneças.-----

Confesso que cheguei a uma triste conclusão. Ou não fui capaz de o interpretar ou na realidade ele está completamente desequilibrado no seu conjunto, nomeadamente, em relação às iniciativas e investimentos.--

Não encontro verbas destinadas ao apoio da construção da sede da Junta de Freguesia de Caneças, esperamos que as obras avancem durante 2007, e, por este documento, sabemos que a Câmara não conta em nos apoiar.-----

Seria uma injustiça se tal viesse a acontecer, até porque não tem sido esse o discurso.-----

Também não consigo encontrar verbas para instalações de pessoal afecto à descentralização de competências. Será que mais uma vez esse encargo municipal é transferido para a Junta?-----



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

Critico a proposta de construção da Escola EB / JI de Caneças que, de ano para o ano, já vai em 2009/20/10. Até lá, se entretanto não acontecer mais algum atraso, continuam os alunos do centro da Vila a lutar contra a falta de condições mínimas.-----

Não compreendo ainda a importância de carregar o orçamento com rubricas não definidas, ou melhor, percebo, mas não aceito a excepção pela regra.-----

Quero-me referir, nomeadamente, às Variantes a Caneças. É uma história contada ao longo dos anos e sempre com verbas indefinidas.-----

Quando será que a Câmara arranja um qualquer programa, comunitário ou outro, que lhe permita realizar a obra. Se estão à espera que os empreiteiros as construam, então talvez os meus netos ainda tenham tempo de as utilizar!-----

Sr. Presidente, permita-me que solicite à Sr.^a Presidente da Câmara que me esclareça para que Bairro, se destinam os 20.000 euros definidos para as AUGI's. Sim, porque 20.000 euros não dá para mais.-----

Assim sendo, é uma boa média anual para recuperar os bairros de génese ilegal do concelho.-----

Se bem li, o Projecto de Requalificação do Largo Vieira Caldas e Manuel de Arriaga, está previsto ir até 2010 com uma verba de 62.000 euros.-----

Ainda não foi dado inicio à discussão pública do mesmo e, enquanto se discute e se altera, é natural que chegue a 2010.-----

Uma coisa é certa! A obra só começará quando estiverem garantidas as verbas para que esta comece e acabe, sem interrupções pelo meio.-----

Também gostaria de saber que requalificação pensam fazer na Ribeira de Caneças com 3500 euros até 2010, acho muito dinheiro para tão pouco tempo!-----

Nem tudo é mau, a Urbanização de São Carlos, aguarda obras coercivas desde 1995, mas agora já está prevista para 2008.-----

A velhinha Estrada de Montemor, tantas vezes reivindicava para facilitar o acesso entre Caneças e Montemor, libertando muito transito à EN 250, na Ponte da Bica,-----

Antes de terminar, coloco ainda mais duas questões:-----

Primeira – As verbas destinadas a protocolos Adicionais com as Freguesias, estão, em alguns casos repetidas, será assim? E qual o critério usado naquela distribuição?-----

Segunda – No documento, verifica-se uma planificação de obras e iniciativas, muito concentrada, ao contrário do interesse da população do Concelho, pelo que solicito à Sr.^a Presidente, na medida do possível, que mande produzir um mapa com uma projecção por Freguesia.-----

Assim todos ficariam a compreender melhor as intenções e os critérios usados pela Câmara.-----

José Carolino, pela bancada do **PS**;-----

Francisco Silva, pela bancada do **PS**;-----



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

Lúcia Lemos, pela bancada da **CDU**;-----

António Ramos, pela bancada do **PS**; proferiu uma intervenção que será convertida em declaração de voto

José Falcão, pela bancada do **BE**,-----

Domingos Tomé, pela bancada do **PS**;-----

Presidente da Junta de Freguesia de Odivelas, **Graça Peixoto**, pela bancada do **PS**;-----

João António, pela bancada do **PS**;-----

Lúcia Lemos, pela bancada da **CDU**;-----

Domingos Tomé, pela bancada do **PS**.-----

Pelo **Senhor Presidente em Exercício** foi dada a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, para responder às questões acima colocadas.-----

Pelas 18h05m, registou-se a saída do Membro da Assembleia Municipal **José Falcão**, pela bancada **BE**.----

O documento foi colocado à votação, tendo sido **Aprovado por Maioria**, com os votos a favor das bancadas PSD e PS e com os votos contra das bancadas do BE e da CDU.-----

Pelos Membros da Assembleia Municipal **Adventino Amaro**, **Carlos Lopes** e **António Ramos**, pelas bancadas da **CDU**, **BE** e do **PS**, respectivamente, foram apresentadas **declarações de voto**, que seguidamente se transcrevem:-----

Adventino Amaro-----

“O orçamento que nos é presente para o ano de 2007, sofre de uma confrangedora falta de investimentos, na continuidade, aliás, do que se tem passado nos últimos 8 anos de gestão PS com o apoio declarado do PSD.-----

A prova dessa falta de investimento encontra-se, por exemplo, nas promessas sempre adiadas da construção de escolas e piscina na Ramada. O que é preocupante, tendo em conta os gastos de cerca de 100 milhões de contos e as dívidas criadas para esse efeito durante esse período.-----

Este orçamento contém, na maior parte das suas rubricas, valores que se destinam a pagamento de gastos dos anos anteriores ao actual mandato.-----

Estamos de acordo em que as dívidas têm que ser rapidamente pagas, principalmente aos pequenos e médios fornecedores, muitos deles em risco de sobrevivência por falta de liquidez. Mas já não é tão claro para nós que se aceitem pagamentos com valores mensais tão elevados, como acontece com os SMAS, que têm a sua quota-parte de responsabilidade na situação a que se chegou. -----



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

A acção desencadeada pelo Presidente da Câmara de Loures/SMAS, cortando a água ao concelho de Odivelas com os nefastos efeitos para a população que se conhecem, pondo em risco a sua saúde, levou a que a Sr.^a Presidente da Câmara de Odivelas cedesse à chantagem, quando a verdade é que o acordo celebrado no mandato anterior entre os Presidentes das Câmaras de Loures e Odivelas nunca havia sido cumprido nem reclamado e a exigência dos pagamentos atrasados deveria ter sido feita com outra dignidade.-----

A cedência da Sr.^a Presidente da Câmara, aceitando pagar mensalidades tão elevadas ao SMAS, poderá configurar um possível cenário eleitoralista, que muito prejudicará a população do concelho.-----

Talvez para aparecer em 2008 com esta dívida paga, como trunfo eleitoral.-----

Só que, por este motivo, não serão construídos em tempo útil as escolas básicas e jardins-de-infância necessários, não serão feitos investimentos na construção de equipamentos desportivos, no ambiente, no apoio às colectividades e às IPSS's, serão cortadas verbas às Juntas de freguesia, não se investirá na rede rodoviária, na iluminação pública, na construção de um edifício para instalação de todos os serviços municipais, não se investirá na criação imediata de um núcleo para realização de obras municipais com a necessária maquinaria, evitando a dependência de terceiros, e muitos outros, por falta de dinheiro. Em suma, não se fará uma gestão adequada às necessidades da população mas sim adequada ao calendário eleitoral do PS.-----

Depois, não se podem analisar claramente, neste orçamento, quais os valores reais que vão ser gastos em despesas de funcionamento e de investimentos, por estarem misturados com os valores de despesas já concretizadas em anos anteriores e só a pagar em 2007.-----

Tal como são apresentados e a descrição que aos mesmos diz respeito, bem como a data da sua liquidação, não estão facilmente relacionáveis, o que dificulta uma análise eficaz das situações nele mencionadas.-----

Algumas considerações, ainda, ao que é referido no preâmbulo do Orçamento e Grandes Opções do Plano. Em "Considerações Iniciais" , é dito que Odivelas era um território desqualificado quando se formou o concelho de Odivelas. Seria? E agora? Já se considera um território qualificado? E porquê? Qual é a obra entretanto feita? Oito anos passados e cerca de 100 milhões se contos gastos, o que podem apresentar-nos significativo, para além das dívidas? Oito anos são muitos anos e 100 milhões de contos é muito dinheiro para tão pífia realidade.-----

Sobre as Orientações Estratégicas: Há dificuldades financeiras? Pois há. Muitas mesmo, mas porque o dinheiro foi muito mal gasto. As festas e festinhas, os fogos de artifício, as etapas da volta a Portugal em bicicleta poderão ser bons investimentos eleitorais, mas não resolvem nenhum problema estrutural do concelho.-----



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

É-nos agora proposto, no documento em apreciação, um reduzidíssimo lote de obras e de algumas actividades. Parte delas é oportuna e concordamos, outras são insuficientes e há outras de que discordamos.-----

Muito oportuna é, por exemplo, a construção de uma escola e um jardim-de-infância em Famões. Mas é pouco. Indispensáveis também já foram consideradas a construção da Escola Vieira Caldas, de Caneças, que até chegou a estar orçamentada pelas Câmaras Municipais de Loures e Odivelas, a construção das escolas da Ribeirada em Odivelas e dos Apréstimos na Ramada, freguesia esta em que quase todas as escolas estão a funcionar em regime duplo, com prejuízo para as respectivas crianças. Também são oportunos os investimentos feitos na educação, mas ainda estão longe de garantir a igualdade para todos os alunos do concelho. -----

Discordamos em absoluto de que, em 2007, se invista no projecto considerado inovador e estruturante designado por “Pólo Tecnológico de Famões”, sem prévia avaliação da Câmara e da Assembleia Municipal sobre as vantagens ou desvantagens da sua existência e da sua localização e, ainda, dos eventuais proveitos dele decorrentes.-----

Não há elementos. Não há informação segura que garanta a bondade da sua inscrição nas verbas do orçamento. As ideias transmitidas sobre este assunto são exíguas e todas elas necessitam de uma boa discussão, porque apontam caminhos e objectivos que exigem um muito maior esclarecimento. -----

Estamos em desacordo, também, que se façam mais obras na Malaposta, quando temos tantas carências em outros sectores. E verificamos, com preocupação, que para a Odivelcultur nunca faltam meios, mesmo que em detrimento de outros sectores. E é um sector onde se pretende que não haja um controlo municipal adequado, o que não podemos deixar de registar.-----

E registamos também que as obras de requalificação do Mercado de Odivelas não foram contempladas neste Orçamento para 2007, enquanto que as barreiras arquitectónicas têm orçamentados 20.000 € sem definição concreta sobre o que se pretende fazer.-----

Não discordo da construção do Jardim Botânico em Famões, por se tratar de um jardim temático e pedagógico dirigido para as escolas, não podemos deixar de referir a falta de jardins e espaços de decompressão em outras freguesias bem mais densamente povoadas do que Famões. E, já agora, deixamos a pergunta: - Para quando o projectado jardim na Quinta da Memória?-----

Quanto aos restantes projectos “inovadores e estruturantes”, que por enquanto não passam de palavras, ficamos a aguardar a sua apresentação, porque desconhecemos exactamente quais são.-----

A discussão do PDM é oportuna, deve ser pública e ampla (não em salas exíguas e sem grande divulgação e mobilização, como aconteceu nos anteriores debates) e com objectivos reais de esclarecimento. Os munícipes, todos os munícipes interessados, devem poder participar e defender os seus pontos de vista, em ambiente de grande convivência democrática.-----

Sobre o Protocolo de Delegação de Competências da Câmara nas Juntas de Freguesia:-----



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

Lamentamos profundamente a redução das verbas a transferir. As verbas utilizadas pelas Juntas de Freguesia são mais rentabilizadas do que nas Câmaras. Esse é um dado adquirido, por amplamente comprovado. Por esse facto iniludível, não se entende como parece haver hoje no espírito de alguns elementos deste executivo camarário, nomeadamente no da Senhora Presidente da Câmara, sentimentos diferentes.-----

Sempre defendemos e continuaremos a defender a referida delegação de competências nas Juntas de Freguesia, assim como o respectivo controlo de resultados, como é óbvio.-----

Por tudo o exposto, os eleitos da CDU nesta Assembleia votarão contra esta proposta de Orçamento e Grandes Opções do Plano para o ano de 2007.”-----

Carlos Lopes-----

“Este Orçamento não serve os cidadãos e as cidadãs de Odivelas.-----

Antes de mais porque não dá voz à população que a habita. Continuamos sem uma Agenda 21 Local e com um orçamento feito nos gabinetes, sem participação das pessoas sobre quem vai influir.-----

A mudança de paradigma que este executivo persegue é de um modelo esgotado e anacrónico sem opções que estructurem um futuro diferente.-----

Os grandes problemas continuam e estes documentos não apresentam qualquer solução para os mesmos.-----

É enfim um orçamento cego que corta a direito deixando mais e mais aos grandes e esquecendo uma vez mais os que menos podem.-----

Pelo dito votámos contra.”-----

António Ramos-----

“Permitam-me lembrar o que aqui afirmei quando da análise aos resultados á auditoria interna.-----

E disse na altura:-----

Assim, o Orçamento e o Plano de Actividades para 2007, terão que ser os instrumentos financeiros adequados para a recuperação financeira da autarquia e para a implementação dos procedimentos financeiros e administrativos que se devem pautar por total transparência e verdade.-----

Creio que este orçamento corresponde na globalidade ao que então aqui afirmei.-----

A proposta de Orçamento para 2007, já aprovado pelo executivo da Câmara, assenta na preocupação séria e sustentada da situação financeira do Município, com especial destaque para a redução da despesa, para



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

a necessidade de travar a dívida acumulada e transitada, para o rigor e para a credibilidade dos números.---

Para um orçamento cujos valores atingem cerca de 93 milhões de euros, verificamos descidas consideráveis tanto em relação á receita como á despesa, quando confrontado o presente orçamento com os mesmos documentos dos anos anteriores. -----

O presente orçamento desce cerca de meio milhão de euros em relação ao orçamento de 2006.-----

Se comparados os orçamentos de 2006 e 2007 com o ano de 2005, verificamos que o orçamento em 2006 desceu 8,9% e o de 2007 desce 9,7%.-----

Este orçamento é, em nossa opinião um documento equilibrado, credível e que assenta em cenários que consideramos razoáveis e números rigorosos. -----

A consolidação orçamental tem que ser feita, e naturalmente tem que ser feita pelo lado mais difícil, o lado da despesa.-----

Sejamos realistas. -----

Temos hoje uma despesa fixa que consome a grande parte das receitas.-----

Estou a referir a Estrutura do Município, as Despesas com o Pessoal e o Serviço da dívida, e aqui temos que salientar a dívida recentemente revelada, que terá creio eu, tido bastantes reflexos na elaboração deste orçamento.-----

E todos sabemos onde estão as causas directas para a actual situação.-----

Não podemos esquecer que nascemos logo com uma dívida de cerca de 27 milhões de euros.-----

Foi necessário investir muito porque nada tínhamos.-----

Se me permitem, e só como exemplo, pergunto quantos milhões foram necessários para recuperar o parque escolar, tal o estado em que se encontravam as nossas escolas.-----

E para esses investimentos iniciais que eram e foram necessários, tivemos que recorrer a financiamento bancário, que agora estamos a pagar.-----

Vejamos que só para amortizar a dívida bancária estão orçamentados mais de 5 milhões de euros, que temos de pagar.-----

Reparem que estes € 5.048.000,00, de juros e amortizações, representam 5,4 do total do orçamento.-----

E, não podemos esquecer os cerca de 8 milhões de euros de dívida a terceiros, SMAS e Simtejo, que a recente auditoria efectuada veio revelar e cujo pagamento está já orçamentado para o ano de 2007.-----



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

Se em relação aos SMAS estamos a pagar € 150.000,00 mês, vamos começar a pagar a dívida á Simtejo que se traduz em cerca de €-----

250.000,00 mês. De notar que fruto da renegociação da dívida para com esta entidade, foi possível abater a dívida em € 1.033.000,00, cifrando-se agora este valor em € 5.548.000,00.-----

Assim, chegou-se á presente situação, que é preciso, é necessário, é urgente alterar, para depois sim, entrarmos no campo dos grandes investimentos.-----

Assim, as previsões, e a exemplo do ano anterior, apontam para uma subida das receitas e das despesas correntes, ao contrário do que acontece com a receitas e despesas de capital.-----

Nas receitas, estão previstos aumentos consideráveis na arrecadação dos impostos directos, impostos indirectos, taxas e transferências correntes e de capital, o mesmo não acontecendo com as verbas referentes ao Proqual, onde se verifica uma diminuição de transferências, cifrando-se este aumento da receita corrente em cerca de 1,8 % em relação ao orçamento de 2006.-----

Mas do lado da despesa será que é possível cortar mais? Creio que não há grande margem para isso. Resta-nos cortar no investimento.-----

Comparando com o ano de 2006: A receita corrente verifica uma subida, tal como a despesa corrente, onde o pagamento da dívida aos SMAS e á Simtejo têm um enorme peso.-----

A Receita de Capital revela um, decréscimo de € 555.000,00 tal como a Despesa de Capital, descida esta, necessária, para fazer face ao pagamento das dívidas em despesas correntes.-----

Se analisar-mos por Departamentos, verificamos que são o Departamento de Obras Municipais e o Departamento de Ambiente e Salubridade, que são as principais prioridades e com maior peso no presente orçamento, o que facilmente se compreenderá.-----

Mas, mesmo com o muito rigor do lado da despesa e do investimento, é possível mesmo assim continuar a investir.-----

Verificamos com agrado que existem preocupações e prioridades: A Educação e o Parque Escolar, A Requalificação Urbana, a recuperação das Áreas Urbanas de Génese Ilegal, a Política Ambiental, O Combate ás Desigualdades Sociais e o Planeamento Estratégico.-----



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

A bancada do PS, já analisou / irá analisar em pormenor as áreas que em nossa opinião mereceram mais atenção e foram alvo de prioridades por parte do executivo municipal e que são a Educação, o Planeamento Estratégico, o Combate às Desigualdades Sociais e a Inclusão Social e a Política Ambiental.-----

Mas, permitam-me que lembre, algumas das prioridades dentro dos sectores atrás indicados, que entendo não poder deixar de aqui mencionar.-----

No sector da Educação, a construção da Escola Básica de Famões, onde serão investidos cerca de 2,5 milhões de euros, a ampliação da escola Básica da Arroja e a construção da Escola Básica do Bairro de S. Jorge.-----

Na Requalificação Urbana, as diversas intervenções previstas de manutenção, conservação e beneficiação da rede viária, a execução do Parque Municipal para Viaturas Abandonadas, o canil/gatil Municipal, e a beneficiação das EN 8 e EN 250-3, aqui com verbas orçamentadas de 1, 7 milhões de euros.-----

*No combate às desigualdades Sociais, aqui através de uma efectiva política de habitação social, quer através do PER, quer através da construção a custos controlados, a reabilitação de fogos municipais e a erradicação de núcleos precários.-----
Realce para a II fase do PER, para onde estão previstos e orçamentados cerca de 4,5 milhões de euros.-----*

A Inclusão Social, que tem que passar cada vez mais, por uma política de promoção de emprego, e aqui uma palavra para o Univa/clubes de emprego e para as empresas aderentes que se traduzem cada vez em maior número.-----

A preocupação com a 3ª. idade, tanto a nível da saúde como no lúdico-cultural, e aqui não podemos deixar de mencionar o Clube do Movimento, cada vez com mais aderentes.-----

A Política Ambiental, destacando aqui a preocupação que se verifica com a componente formativa, com a plantação de novas árvores, a limpeza das linhas de água, a lavagem mecânica das ruas que há muito não se verificava, o desenvolvimento da Agenda 21, a construção do Jardim Botânico de Famões, este o primeiro de um conjunto de jardins temáticos que se pretende desenvolver em todas as freguesias do concelho.-----

Por fim o Planeamento Estratégico, com o novo PDM, que devemos entender como o pólo aglutinador para as grandes mudanças a desenvolver no concelho, e o lançamento de alguns grandes projectos inovadores,



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

como são o Pólo Tecnológico de Famões, o Parque empresarial da Paiã e a criação de novos serviços de que destacamos a Loja do Cidadão de II Geração.-----

Naturalmente, não podemos deixar de louvar o esforço que foi feito, no sentido de manter o Protocolo de Delegação de Competências, com verbas muito importantes. Após a revisão efectuada e que iremos discutir num outro ponto, foi possível manter as transferências a níveis muito elevados, traduzindo-se em cerca de € 5.200.00,00 os valores a transferir para as Juntas de Freguesia, verbas que representam cerca de 30% dos valores que o Município recebe do Estado.-----

E aqui apetece-me perguntar? Será que existe algum Município em Portugal, que transfira para as suas freguesias, 30 % das verbas que recebem do Orçamento de Estado?-----

Senhores eleitos, basta olhar para o nosso lado e verificar que não.-----
Quero também lembrar, que ainda é competência das Juntas de Freguesia, a OVP e a Publicidade, e aqui falo por experiência própria, envolvem verbas muito significativas.-----

Senhores Presidentes de Junta, compreendo perfeitamente a vossa posição.-----
Tal como os Senhores Presidentes da Câmara, na grande maioria, não ficaram satisfeitos com a recente alteração da Lei das Finanças Locais, apenas e só, porque segundo dizem vão receber menos dinheiro, também os senhores vão receber menos, embora pouco, mas conhecem como nós, a situação financeira do Município, pelo que todos temos o dever e a obrigação de colaborar no sentido de melhorar essa situação.--

Certamente, que este não é o orçamento que os responsáveis gostariam de apresentar, ninguém gosta, mas face á situação em que o Município se encontra, com todas as limitações que são conhecidas, é o Orçamento possível, é um orçamento de rigor, é um orçamento de verdade, é um orçamento que tem em vista a recuperação financeira deste Município, que é o que neste momento e na actual situação deve ser a principal prioridade de todos nós.”-----

Pelas 18h11m, foram interrompidos os trabalhos.-----

Pelas 18h25m, foram retomados os trabalhos.-----



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

PONTO 8 - PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS JUNTAS DE FREGUESIA-----

Presente para deliberação, a proposta de Protocolo de Delegação de Competências nas Juntas de Freguesia, remetida pela Senhora Presidente da Câmara a esta Assembleia Municipal e aprovado a 4ª Reunião Extraordinária da Câmara Municipal de Odivelas, realizada a 11 de Dezembro de 2006.-----

Este documento fará parte integrante da presente acta, pelo que se dá como reproduzido.-----

O Senhor Presidente em Exercício deu a palavra à Senhora Presidente da Câmara, para apresentação do referido Ponto, tendo a mesma sido realizada em sistema de Power Point.-----

Pelas 18h45m, registou-se a saída o Membro Assembleia Municipal João Figueiredo.-----

Seguidamente, usaram da palavra neste ponto, os seguintes Membros da Assembleia Municipal:-----

Presidente de Junta de Freguesia da Ramada, **Francisco Bartolomeu**, pela bancada da **CDU**, proferiu uma intervenção, em nome de todos os Presidentes de Junta de Freguesia do Concelho, que seguidamente se transcreve:-----

*“Protocolo de Delegação de Competências nas Juntas de Freguesia para 2007.-----
Os Presidentes das Juntas de Freguesia do Concelho de Odivelas mostraram-se disponíveis para aceitar esta proposta de Protocolo de Delegação de Competências para o ano de 2007, sem embargo de verem diminuir as verbas transferidas para suas Freguesias.-----
Foi consensual, que seria desejável que houvesse acordo, embora não a qualquer preço e na medida do possível equilibrar esta premissa e o legítimo interesse das populações que representam.-----
Não queremos, no entanto, deixar esquecer que o fizeram na convicção que a capitação e seguro dos trabalhadores serão pagos pela Câmara Municipal de Odivelas a partir de 1 de Janeiro de 2008, conforme nos foi assegurado pessoalmente pela Senhora Presidente da Câmara.-----
Manter esse equilíbrio vai exigir, durante o ano de 2007, um esforço acrescido por parte das Juntas de Freguesia, para não defraudar as expectativas dos cidadãos, habituados a um elevado nível de desempenho na satisfação das suas necessidades, indo muitas vezes muito além do que são as competências descritas e assinadas, dados que não figuram certamente nos dados técnicos apresentados.*



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

A justiça e a equidade na partilha de recursos são princípios que também nos são caros e que, não dispondo a Juntas de meios técnicos e humanos para os analisar em profundidade, confiamos que estejam a ser bem aplicados nesta nova proposta.-----

Queremos deixar claro que as Freguesias deste Concelho não fazem, nem nunca fizeram, parte do problema orçamental da Câmara Municipal, que começou com um processo de partilhas com Loures que se veio a revelar desastroso, pelo contrário, sempre desempenharam as suas competências com eficácia, provando que as podiam fazer de forma mais célere, com uma relação custo/benefício impossível de alcançar pelos Serviços Municipais, o que se revelou uma mais-valia para os habitantes de Odivelas.-----
Este esforço solicitado para 2007 deve ser aproveitado de forma efectivamente proveitosa, para que em 2008 o papel das Juntas de Freguesia no desenvolvimento deste Concelho volte a ser reconhecido e dignificado.”-----

Presidente de Junta de Freguesia de Odivelas, **Graça Peixoto**, pela bancada do **PS**, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve:-----

“Declaração da Presidente da Junta de Freguesia de Odivelas-----
Dizemos muitas vezes que o que se herdou da Câmara Municipal de Loures foi prejudicial, mas constata-se agora que a implementação há cerca de 20 anos do Protocolo de Delegação de Competências, nas Juntas de Freguesia, foi um projecto pioneiro e benéfico para as populações. Com a Comissão Instaladora do Município de Odivelas e durante os primeiros anos da já eleita Câmara Municipal de Odivelas, este tinha vindo a ser avaliado e conseqüentemente melhorado, quer ao nível dos aspectos técnicos, quer financeiros. Assim, venho desta forma manifestar algum desapontamento e descontentamento com o actual executivo camarário, nomeadamente o meu desapontamento e descontentamento em relação à Senhora Presidente da Câmara perante os moldes em que o novo Protocolo de Delegação de Competências que está prestes a ser aprovado, foi elaborado.-----
Lamento que este não tenha sido discutido antecipadamente com as Juntas de Freguesia. E lamento que todas elas tenham sido confrontadas com um projecto de protocolo enviado no passado dia 21 de Novembro de 2006 que nos delapidava financeiramente. E que mesmo após a realização de diversas reuniões para revisões sucessivas do mesmo, de certa forma nos vai continuar a prejudicar.-----
Para quem está à frente de autarquias ou empresas privadas ou até mesmo do governo, os tempos que atravessamos não têm sido fáceis e sei bem a ginástica de gestão que é muitas vezes necessária fazer para que se possa satisfazer as populações e não só. Os trabalhadores também são peça fundamental e essencial em todo este processo e conjuntura.-----



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

Mas, relativamente, a este protocolo e após todas as reuniões efectuadas entre os Presidentes de todas as Juntas de Freguesia do Concelho, chegámos à conclusão de que em nada contribuimos para a dívida contraída pelo anterior e pelo actual executivo camarário, bem pelo contrário. E vão ser, sem sombra de dúvidas, as Juntas de Freguesia a sofrer o ónus deste novo modelo de Protocolo de Delegação de Competências.-----

Saliente-se que o montante a atribuir pelo Protocolo de Delegação de Competências às Juntas de Freguesia para o ano de 2007, representa 5,5% do Orçamento da Câmara Municipal de Odivelas, e o da Freguesia de Odivelas corresponde a 1,9% do montante global do Orçamento Municipal. Analisando estes valores, facilmente se depreende, o quanto são irrisórias, no valor global, as verbas a atribuir, tendo em conta as actividades abrangidas por este Protocolo. Torna-se evidente o completo desajustamento deste Protocolo à qualidade de vida da população residente, sabendo de antemão que estes serão os verdadeiros penalizados pelos cortes orçamentais, em áreas vitais ao funcionamento e desenvolvimento da freguesia. Também aqui caberá à Junta de Freguesia o papel de subsidiária deste Protocolo, tentando colmatar as falhas que este documento apresenta.-----

O impacto financeiro provocado pela transferência de 5% do orçamento do Município para as Juntas de Freguesia, não é representativo, nem traduz um quadro de dificuldades para o Município que coloque em risco a saúde financeira da actividade da Câmara Municipal.-----

Para quem não sabe, ao longo dos anos, este protocolo tem proporcionado a muitos trabalhadores da junta de Freguesia de Odivelas, nomeadamente a muitos trabalhadores das Zonas Verdes e da Limpeza Urbana, a valorização profissional. Muitos deles por se terem empenhado profissionalmente e pessoalmente, adquirindo as habilitações necessárias, integram hoje serviços administrativos ou outros desta autarquia.----

É óptimo existirem também estudos para elaborar protocolos e outros demais documentos autárquicos, mas é lamentável que o estudo elaborado e que se encontra no novo protocolo, de que um cantoneiro tem de limpar 1.400 m²/dia, não se coaduna com a realidade da nossa freguesia. Realmente o estudo não teve em conta os desníveis e declives que caracterizam Odivelas, bem como a concentração automóvel, a quantidade de habitações, incluindo novas urbanizações, população flutuante, entre outras situações que se encontram aos olhos de todos aqueles que estão, moram e andam em Odivelas...-----

Por outro lado, e após esta autarquia ter conhecimento de que em Lisboa, em algumas estações do Metro a Limpeza Urbana é efectuada por uma empresa privada paga pelo Metro (e refiro-me, nomeadamente à estação de Entrecampos), lanço aqui o desafio à Senhora Presidente da Câmara para desenvolver uma negociação com o Metropolitano de Lisboa, no sentido de serem recebidas verbas relativamente ao pagamento dos trabalhadores desta autarquia destacados na estação de Odivelas e Senhor Roubado para a limpeza envolvente da mesma. É verídico que o Metro trouxe vantagens à Freguesia e ao Concelho mas também trouxe população flutuante de milhares de pessoas por dia que se deslocam para Odivelas e há que retirar contrapartidas disso mesmo. -----



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

Referindo-me ainda ao Metro, cabe-me aqui dizer que as instalações que se encontram alugadas pelo Município para os sectores dos espaços verdes, oficiais, refeitório e limpeza urbana foram negociadas com essa entidade, uma vez que sofremos a supressão do mercado velho, ficando esta autarquia amputada de instalações onde há vários anos se vinham investindo financeiramente para uma melhoria das condições de trabalho nestes sectores.-----

Faço então um apelo para que se encontrem soluções alternativas para melhorar as condições das actuais instalações, nomeadamente, das Zonas Verdes e Limpeza Urbana.-----

Apelo mais uma vez também à Senhora Presidente que negocie instalações condignas nas novas urbanizações que se encontram em construção e que estas estejam em conformidade com as higiene, medicina e segurança no trabalho.-----

Voltando ao Protocolo de delegação de Competências e aproveitando o assunto referido anteriormente, não é com tomadas de posição deste género por parte da Câmara Municipal de Odivelas que se melhora a qualidade de vida da nossa população. Não fosse a posição de todos os presidentes de junta, que se debateram durante várias reuniões em prol da revisão da primeira proposta apresentada para implementação do novo protocolo estaríamos agora “a braços” com o desemprego de centenas de trabalhadores das nossa freguesias. Mesmo assim, a Junta de Freguesia de Odivelas vai lutar e fazer o melhor a bem da população que nos elegeru. Vamos lutar acarinhando e valorizando todos os trabalhadores envolvidos pelo protocolo e todos os outros que indirectamente lhe estão afectos.-----

Apesar deste protocolo não ser ainda a versão mais favorável para as Juntas de Freguesia, uma vez que esta autarquia foi penalizada em 367.803,68 euros anuais, mas que no entanto vai ser assinado por todas, lembro a Senhora Presidente que estamos de boa fé e faremos um esforço enorme para manter os nossos trabalhadores. E falando pela Junta de Freguesia de Odivelas a qual presido, farei igualmente um esforço enorme para manter também os nossos apoios sociais que muito têm dignificado o ser humano.-----

Relembro ainda que além desta penalização anual não podemos esquecer que todas as áreas ficaram na mesma não sofrendo nenhuma alteração em relação à excepção das escolas.-----

E não podia de deixar de dizer que embora a cultura seja também um ópio do povo, em tempo de concentração não se compreende que nos serviços essenciais prestados pelas Juntas de Freguesia à população, sejam preteridos em relação às verbas atribuídas à Odivelcultur onde se investem cerca de 1 milhão de euros.-----

Olhando para a realidade do Orçamento do Município de Odivelas para 2007, constata-se que o valor a atribuir à Juntas de Freguesia, é equivalente aos juros e amortizações da dívida do Município, a pagar às entidades bancárias no decorrer do ano 2007, tendo as Juntas de Freguesia a forte convicção de não serem responsáveis por esta triste realidade.-----

Espero que perante esta boa vontade por parte das Juntas de Freguesia do Concelho em contribuir para um melhor panorama financeiro da Câmara Municipal de Odivelas, no ano 2007 consigamos ser ouvidos com a



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

devida antecedência relativamente ao Protocolo de Delegação de Competências para que seja repostado que agora nos foi retirado, com as devidas alterações em relação à inflação.”-----

Sandra Pereira, pela bancada do **PSD**, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve:-----

“Em Abril do corrente ano quando votamos o Protocolo de delegação de competências nas Juntas de Freguesia, O PSD teve, então, ocasião de dizer que o fazia consciente de que a próxima revisão “pudesse verter todas as nossas preocupações e os munícipes fossem os grandes beneficiários”.-----

E quais eram, então, as nossas preocupações?-----

As nossas grandes preocupações eram fundamentalmente as distorções que existiam, devidas sobretudo à ausência de critérios técnicos, gerando cada vez mais assimetrias entre as diferentes freguesias. -----

Dissemos na altura que “a Câmara deve ser o garante da equidade no tratamento de todos os munícipes e das freguesias com menos eleitores e menos receitas, não podem ser esquecidas. Devem ser encontrados mecanismos de correcção para que as assimetrias de desenvolvimento se não acentuem.”-----

Este protocolo corresponde às expectativas do PSD, pois introduz critérios técnicos para o cálculo das verbas a transferir, tornando o processo mais transparente. Poderão alguns dizer que os critérios não são os ideais, que as majorações encontradas poderiam ser outras, mas ninguém poderá dizer que o favorecimento político ou o livre arbítrio são corpo deste protocolo.-----

Nenhum protocolo é o ideal, nem deve ser um documento fechado e por isso exortamos as juntas de freguesia a apresentarem sugestões para que este documento possa no futuro ser um instrumento cada vez mais perfeito. -----

O País atravessa uma situação económica difícil, vivemos durante algum tempo em euforia, acima das nossas possibilidades. Estamos hoje, todos a pagar essa factura e os municípios e as freguesias não são excepção, mesmo não tendo contribuído para tal.-----

Tal como sempre o afirmamos, a nova lei das Finanças Locais não nos favorece, não favorece os Municípios. É assim, neste espírito de contenção orçamental que votamos o actual protocolo. Estamos conscientes das dificuldades que as Juntas de Freguesia vão enfrentar, mas todos temos que aprender a fazer mais com menos e a definir prioridades. É esse o grande desafio que também é lançado aos Municípios pelo Governo, fazer cada vez mais com cada vez menos dinheiro, e por consequência, não pode também a Câmara Municipal deixar de lançar esse desafio às Juntas de Freguesia, esperando que as mesmas assumam as suas responsabilidades neste quadro de contenção.-----

O processo de descentralização é uma necessidade e nisto estamos todos de acordo, Juntas de Freguesia e Câmara municipal, até porque, quem está mais perto das populações são as Juntas de Freguesia, e por isso mais aptas para corresponderem às suas expectativas. -----



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

Estamos em crer que este protocolo exige mais responsabilidade, à qual deve também corresponder um processo de prestação de contas das competências e dos meios descentralizados.-----

Presidente de Junta de Freguesia da Póvoa Stº Adrião, **Domingos Cabaço**, pela bancada do **PSD**.-----

Pelo Senhor Presidente em Exercício, foi interrompida a discussão do ponto, dado já se ter ultrapassado a hora do terminus da reunião, de acordo com o Regimento (19horas), a fim de pôr à consideração do plenário a continuação da discussão de Ordem de Trabalhos, até à sua conclusão ou a interrupção definitiva dos trabalhos, agendando-se uma outra reunião.-----

A proposta acima referida foi colocada à discussão, tendo usado da palavras os seguintes membros da Assembleia Municipal:-----

Luís Salmonete, pela bancada do **PSD**;-----

Armindo Fernandes, pela bancada da **CDU**-----

Alcina Trindade, pela bancada do **PS**-----

Carlos Lopes, pela bancada do **BE**-----

Após o período de discussão, a proposta supra mencionada foi colocada à votação, tendo sido **Aprovada por Maioria**, com os votos a favor da bancada do PS e com as abstenções das bancadas do BE, PSD e CDU, o prolongamento da discussão da Ordem de Trabalhos até á sua conclusão.-----

Pelos Membros da Assembleia Municipal **Carlos Lopes, Sandra Pereira e Lúcia Lemos**, pela bancada do BE, PSD e CDU, respectivamente, foram apresentadas **declarações de voto** que seguidamente se transcrevem:-----

Carlos Lopes-----

“A abstivemo-nos relativamente a este ponto, porque o ponto nove essencialmente, é um ponto que tem que ser bastante discutido, pela delicadeza que ele tem. Não podemos estar em meia hora a votar em três pontos à pressa, tem de haver discussão. Têm que fazer a gestão dos vossos meios, isto está a acontecer consecutivamente.”-----



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

Sandra Pereira-----

“Sr. Presidente o PSD não quis obviamente inviabilizar a continuação dos trabalhos, abstivemo-nos, porque o PS tem vindo aqui várias vezes, retrair-se na realização das Assembleias Municipais, sobre o argumento recorrente da contenção de despesa, é um argumento zero. Isso meus senhores obriga a um esforço de síntese na discussão que não foi feita pelo PS hoje, na intervenção do orçamento intervirão cerca de doze pessoas, o PSD absteve-se de fazer intervenções, e só nos abstivemos, porque não queremos ficar com o ónus de tanto realizar Assembleias Municipais dada a contenção.”-----

Lúcia Lemos-----

“A CDU absteve-se, apenas e só, por respeito aos moradores da vertente Sul que estão presentes nesta Assembleia. O PS que hoje fez muito bem o trabalho de casa, trouxe muito papel para ler, teria que ter pensado que de facto havia compromissos com a Sr.^a Presidente Câmara, como não o pensou nisso, agora vamos discutir à pressa pontos importantes para a vida do Município, porque há trabalhos e assembleia a seguir. Quando for assim, e não tem a ver com questões de Assembleia extraordinárias, tem a ver com alguma disciplina interna da bancada do PS, também têm que aprender esta connosco.”-----

Foi retomada a discussão do ponto 8 da Ordem de Trabalhos, tendo usado da palavra os seguintes Membros da Assembleia Municipal.-----

Presidente da Junta de Freguesia da Pontinha, **José Guerreiro**, pela bancada do **PS**.-----

José Moreira, pela bancada da **CDU**, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve:-----

“A Bancada da CDU na Assembleia Municipal, reafirma a posição assumida pelos seus Vereadores, em reunião de Câmara do passado dia 11 de Dezembro.”-----

Não podemos aceitar que a dívida do Município, seja o argumento primeiro para emagrecer a Descentralização de Competências nas Juntas de Freguesia.-----

Esta posição da Câmara, é bem reveladora do respeito e consideração que a sua Presidente tem pela população do concelho.-----

Estamos a falar de competências da responsabilidade de Câmara, delegadas nas Juntas de Freguesia, e, ao retirar verbas significativas a todas as Juntas, certamente que estas não poderão fazer milagres e quem sofre em último recurso é a população.-----



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

A CDU, reafirma que defende um amplo processo de descentralização, mas com meios para que as Freguesias, mais perto das populações, possam desempenhar estas tarefas com melhor aproveitamento.---- Aliás, era o que vinham fazendo até aqui, mesmo considerando que não eram actualizados os valores e medições, nomeadamente, das Zonas Verdes e da conservação de vias e passeios.----- Se considerarmos as novas urbanizações e os bairros aprovados, podemos imaginar as centenas de quilómetros a mais que as Freguesias vêm suportando sem os devidos meios financeiros.----- Era, pois, justo esperar que a revisão do Protocolo, entretanto aguardado, viesse repor a verdade da descentralização. Foi com enorme surpresa que os Presidentes de Junta ouviram a Sr.ª Presidente da Câmara, numa primeira fase, tentar avocar um conjunto de tarefas delegadas, nomeadamente, as que indicavam dar algum lucro à Câmara.----- Esqueceu-se a Sr.ª Presidente que ao avocar competências, teria que avocar trabalhadores e eventuais investimentos materiais, realizados pelas Freguesias.----- Estão os nossos Presidentes convencidos que defenderam os interesses das populações que representam, até onde lhes foi possível e, só lhes restava uma de duas saídas, assumir a ruptura ou aceitar o Protocolo com um considerável prejuízo.----- Em conjunto com todos os presidentes das sete Freguesias, atitude que a CDU considera, vieram a decidir-se por assumir o prejuízo em legítima defesa dos interesses das populações que representam.----- É uma atitude que compreendemos, mas não deixamos de condenar a Câmara, pela sua irresponsabilidade neste acto, sabendo esta que foram as Freguesias que asseguraram, desde a criação do Município, até hoje, os serviços prioritários e necessários ao bem estar da população.----- Mais, sabemos todos nós que, são as freguesias, com a vantagem da sua proximidade às populações que melhor desempenham aquelas funções com menores custos.----- A CDU também não compreende como são transferidas as verbas para as freguesias, isto é, os valores referentes aos vencimentos dos trabalhadores está a ser feito como transferência de capital, isto não pode ser, é ilegal e a Câmara tem que corrigir esta situação.----- A CDU exige que a Câmara cumpra, no mínimo, o Protocolo, no que respeita a instalações de pessoal com condições mínimas.----- Que cumpra com todas as responsabilidades inerentes ao pessoal, como sejam, seguro de acidente de trabalho e despesas com a saúde, coisa que não tem feito.----- Assim, mesmo considerando a posição dos senhores Presidentes de junta, a CDU não pode deixar de votar contra esta proposta de Protocolo de Delegação de Competências por considerar que ela, é penalizante para os projectos das Freguesias, como para as populações que estas representam.”-----

António Ramos, pela bancada do **PS**.-----



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

Pelo **Senhor Presidente em Exercício** foi dada a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, para responder às questões acima colocadas, que seguidamente se transcreve:-----

“Apelava ao espírito de Natal e de fraternidade para no fundo também limarmos as nossas imperfeições.---- Penso que na política e no debate ideológico, não vale tudo e portanto a diversidade e a pluralidade de ideias é muito importante e um factor de enriquecimento da democracia, o confronto de posições também o é. Debate ideológico digo sim, injúria digo não. Senti que fui injuriada, quando o Sr. Deputado da CDU, disse que revelo pouca consideração pelos Munícipes, acho claramente que é injurioso, a política Municipal desenvolvida, e a minha posição como cidadã tem revelado muita consideração pelos Munícipes, e aceitei ser Presidente de Câmara, exactamente porque tenho essa consideração e porque sou uma filha da terra, ando aqui à trinta anos, Sr. Deputado Municipal, senti-me ofendida.-----

Em relação às outras questões que foram aqui referidas, também quero deixar bem assente que quem votar contra o Protocolo de Delegação de Competências, não o irá assinar, penso que será a coerência e consequência da posição. Não entendi se o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Caneças e Ramada vão votar contra, porque se votarem contra o documento, acho que a consequência é não o quererem assinar.-----

Em relação aos trabalhadores, se alguma Junta de Freguesia não assina-se o Protocolo, a Câmara assumiria os trabalhadores e os Recursos Humanos e requisitava-os. Nenhum trabalhador ficaria desempregado, a Câmara Municipal assume aqui este compromisso, se alguém não quiser assinar o protocolo, nem se rever neste, ninguém é forçado nem coagido, entendo perfeitamente, os trabalhadores serão sempre salvaguardados, é um compromisso. Serão requisitados e terão o seu salário assegurado ao final do mês.-----

Em relação às questões que foram colocadas, penso que na grande maioria foram respondidas na minha intervenção. A preocupação foi encontrar os critérios claros e objectivos que procurávamos. A Sr.^a Deputada Municipal Sandra Pereira, relevou isso muito bem na sua intervenção política, à bem pouco tempo.-----

As questões referidas pela Sr.^a Presidente da Junta de Odivelas, Graça Peixoto, entendo as suas preocupações, que são comuns a todos os Presidentes de Junta e da Presidente de Câmara em particular. Julgamos que as verbas transferidas, estamos a falar de menos de cerca de meio milhão de euros, do que o ano passado, redistribuído pelas sete freguesias, penso que não valerá a pena nesta fase exagerar num montante que veio a menos. Claro que cada euro ou cêntimo que veio a menos tem de facto um significado, mas estamos a falar tão somente disso e no contexto que foi referido, e por isso entendo e continuo a observar, que este volume financeiro, é um volume que a Câmara entende a bem da



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

*descentralização, deve ser continuada a assegurar, em que a tendência será que ele possa aumentar quando vierem outras competências, noutras áreas. Isto não é um fecho, este Protocolo está aberto.-----
Assumi também o compromisso da questão da ADSE e dos acidentes de trabalho que serão previstos em 2008, em que penso que teremos mais uma vez reconhecer que nesta primeira posição que a Câmara assumiu seria muito normal e até legítimo que nesta preocupação deste desequilíbrio financeiro quiséssemos avocar a receita extraordinária da publicidade, da ocupação da via pública, e não o fizemos em prol do Serviço Social das Freguesias, que penso que não fica beliscado, porque mantemos intactas essas receitas extraordinárias.-----*

*Mais uma vez reitero a necessidade de uma boa cooperação institucional com todos os Presidentes de Junta ao longo do próximo ano. Já sabem que além da articulação com o Departamento Urbanístico, apoio das Juntas de Freguesia, também sabem que de 15 em 15 dias, à quarta-feira, recebo os Senhores Presidentes de Junta, para uma reunião mais pessoal por forma a tratar de todos estes problemas, entendendo que deve haver o partilha de informação e no fundo confiança mútua, por forma a que as coisas possam prosseguir com serenidade e sobretudo mantendo o patamar de qualidade no serviço público que temos que cumprir para a satisfação colectiva dos nossos Municípios, que volto a reiterar, são a nossa primeira e última preocupação.”-----

-----*

Presidente de Junta de Freguesia de Caneças, **Armindo Fernandes**, pela bancada da **CDU**, proferiu uma intervenção em defesa da honra da bancada, face à intervenção da Senhora Presidente da Câmara Municipal.-----

*“Dizer que de facto a bancada da CDU, está de alguma forma estupefacta com a intervenção da Sr.^a Presidente da Câmara. Creio que não somos indisciplinados, somos de facto responsáveis, em que o documento que trouxemos revela essa responsabilidade, quer na Câmara, quer na Assembleia.-----
A nossa disciplina é cumprida independentemente daquilo que dissemos, o acordo dos Presidentes é para valer, independentemente desse acordo, que respeitamos e que enaltecemos o entendimento pelos Senhores Presidentes de Junta é para valer.-----
Uma coisa é esse entendimento outra coisa é o voto da nossa bancada.”-----

-----*

O documento foi colocado à votação, tendo sido **Aprovado por Maioria**, com os votos a favor das bancadas do PS e PSD e com 10 votos contra da bancada da CDU e com 1 voto contra da bancada do BE e com 1 abstenção da bancada da CDU.-----



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

Pelos Membros da Assembleia Municipal **Vanessa Porto, Francisco Bartolomeu, Armindo Fernandes, Carlos Lopes, Graça Peixoto**, pelas bancadas do **PS, da CDU, BE e em nome individual**, respectivamente, foram apresentadas **declarações de voto**, que seguidamente se transcrevem:-----

Vanessa Porto-----

“A bancada do Partido Socialista votou favoravelmente o Protocolo de Delegação de Competências nas Juntas de Freguesia, por entender que o mesmo traduz uma resposta válida às novas exigências sentidas pelo Município de Odivelas e também pelas Juntas de Freguesia, entidades que procedem à gestão do mesmo.-----

Consideramos que este Protocolo enuncia uma forma mais clara de atribuição de recursos financeiros, definidos através de uma base técnica e objectiva que permite que o critério de afectação de verbas para as competências a delegar seja feito de forma transparente, rigorosa e equitativa, pondo fim às assimetrias entre as diferentes freguesias, indo ao encontro das mais recentes recomendações inspectivas.-----

É com agrado que assistimos, neste novo Protocolo, a uma actualização nos valores a pagar relativamente às escolas do 1º Ciclo e Jardins de Infância da rede pública e equipamentos desportivos nela integrados, que se traduz no aumento de verbas para a sua manutenção e conservação, apresentando um montante superior ao de 2006, em mais de 45 mil euros. O mesmo se passa com equipamentos desportivos, fontes, repuxos, quedas de água e tanques, que serão “contemplados” com um aumento de transferência de verbas.-----

Importa também o facto de com este novo Protocolo, as Juntas de Freguesia, à excepção da Manutenção e Conservação dos Dispensários e WC’s para canídeos, manterem todas as competências delegadas no Protocolo de 2006.-----

Refira-se que ao valor total transferido irão acrescer 300 mil euros para proceder à actualização de espaços verdes.-----

Apesar do quadro financeiro difícil a autarquia continua a abdicar da relevante receita de publicidade e Ocupação de Via Pública que continua a ser cobrada pelas Juntas de Freguesia para o desenvolvimento da sua actividade social.-----

Pelo exposto, votámos favoravelmente este Protocolo de Delegação de Competências nas Juntas de Freguesia, que continua a ser um veículo de descentralização por excelência e que pela dimensão financeira que apresenta, atribuindo 30% da verba que a autarquia recebe do Orçamento do Estado, é um dos mais relevantes da AML, em que por ex. Lisboa atribui cerca de 9M€ para 50 Freguesias e em que Odivelas distribui pelas suas 7 Freguesias mais de 5 Milhões de euros.”-----



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

Francisco Bartolomeu-----

*“Votei contra o Protocolo de Delegação de Competências nas Juntas de Freguesia, porque em termos absolutos, ele continua a ser uma perda para a freguesia da Ramada.-----
Portanto, não fazia sentido abster-me ou votar a favor, um documento que representa uma perda para a freguesia e por considerar que a posição assumida na negociação do mesmo, em conjunto com os outros Senhores Presidentes, não colide com este princípio.”-----*

Armindo Fernandes-----

“Na qualidade de Membro da CDU e Presidente de Junta, classifico este Protocolo de Delegação de Competências como um documento penalizante para as populações, pelo que, de acordo com o critério de opinião da CDU, votei contra, contudo como sempre afirmei, dei o meu acordo, solidário com os restantes presidentes, de aceitação do PDCJF.”-----

Carlos Lopes-----

“O BE vota contra este Protocolo de Competências porque a redução de transferência de dinheiro para um mesmo serviço a prestar pelas Juntas de Freguesias não significa a melhoria da qualidade da Prestação do mesmo. Apesar de existirem melhorias nos critérios a aplicar o mesmo não significa a melhoria no conjunto.”-----

Graça Peixoto-----

“Sendo Presidente da Junta de Freguesia de Odivelas, sou Deputada Municipal, na Bancada do PS, por inerência do cargo, pelo que não me revejo na declaração de voto proferida pelos meus camaradas de bancada.”-----



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

PONTO 3 – TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM – TMDP

Presente para deliberação, a Taxa Municipal de Direitos de Passagem, de acordo com o proposto na informação n.º 76/DGAF/2006 de 2006.11.27, remetida pela Senhora Presidente da Câmara a esta Assembleia Municipal e aprovada na 23ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, realizada a 13 de Dezembro de 2006, que seguidamente se transcreve:

“Informação n.º 76/DGAF/2006, a *Lei n.º 5/2004 de 10 de Fevereiro (Lei das Comunicações Electrónicas)*, criou a *Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP)*.

A referida taxa incide sobre a utilização do subsolo municipal por empresas de serviços de comunicação electrónica.

Tratando-se de uma fonte de receita municipal a mesma foi adoptada pela generalidade dos Municípios portugueses.

Neste sentido, propõe-se que nos termos do art. 106.º da Lei n.º 5/2004, de 10 de Fevereiro e Regulamento n.º 38/2004 (D.R. n.º 230, II Série, de 29 de Setembro de 2004), a Taxa Municipal de Direitos de Passagem seja fixada na percentagem de 0,25%.

Propõe-se também que em caso de concordância a referida Taxa Municipal de Direitos de Passagem de 0,25% seja submetida a deliberação de Reunião de Câmara e que em seguida seja sujeita a aprovação pela Assembleia Municipal, nos termos da alínea a) n.º 6 do Artigo 64.º e 53.º n.º 2 alíneas a) e e) da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5 A/2002, de 11 de Janeiro.”

O **Senhor Presidente em Exercício** deu a palavra à Senhora Presidente da Câmara para apresentação do referido Ponto.

Usaram da palavra neste ponto, os seguintes Membros da Assembleia Municipal:

Carlos Lopes, pela bancada do **BE**;

Sandra Pereira, pela bancada do **PSD**, proferiu uma intervenção que será convertida em declaração de voto.

Lúcia Lemos, pela bancada da **CDU**;



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

Domingos Tomé, pela bancada do **PS**;-----

Lúcia Lemos, pela bancada da **CDU**;-----

Francisco Silva, pela bancada do **PS**; proferiu uma intervenção que será convertida em declaração de voto.-----

Pelo **Senhor Presidente em Exercício** foi dada a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, para responder às questões acima colocadas.-----

O documento foi colocado à votação, tendo sido **Aprovado por Maioria**, com os 14 votos a favor da bancada do PS, com a abstenção da Presidente de Junta de Freguesia de Odivelas, e com 11 votos a favor da bancada do PSD, com os votos contra das bancadas da CDU e do BE. -----

Pelos Membros da Assembleia Municipal **Francisco Silva, Raquel Rodrigues e Sandra Pereira**, pelas bancadas do **PS, da CDU e do PSD**, respectivamente, foram apresentadas as seguintes **declarações de voto**, que seguidamente se transcrevem:-----

Francisco Silva-----

*“A bancada do Partido Socialista votou favoravelmente a aprovação da taxa municipal de direitos de passagem para o ano de 2007 no valor de 0,25€, tendo em conta que considera esta taxa justa, aplicada na generalidade dos municípios portugueses, uma vez que esta lei está enquadrada na lei das comunicações electrónicas, a lei 5/2004. Esta lei incide sobre o direito à contrapartida da utilização e ocupação do subsolo sob a gestão municipal pela passagem das infra-estruturas dos diversos operadores.-----
No entanto, ressaltamos que num futuro próximo esta lei deva ser rectificadada de forma a quem tenha de suportar este custo sejam as operadoras e não os consumidores finais desses serviços.”-----*



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

Raquel Rodrigues

“Tal como em 2004, a bancada da CDU votou contra porque a Lei n.º 5/2004 continua a subverter a justa posição defendida pelos municípios portugueses de aplicarem taxas a todos os operadores de subsolo.----- A Lei, aprovada com os votos favoráveis do PS e do PSD, transfere das empresas para os municípios a obrigação do pagamento de uma taxa pela utilização do subsolo. Note-se que se trata de empresas de ponta e de capital intensivo, com milhões de euros de lucro.----- Hoje, vem a esta Assembleia a proposta para que seja aprovada a referida Taxa Municipal de Direito de Passagem e com o valor máximo permitido por Lei. Isto é, 0,25% sobre o valor da factura de cada cliente. A nossa posição, no essencial, é a mesma que em 2004, reforçada ainda pelo aumento do desemprego, pelos baixos salários dos trabalhadores portugueses, os mais baixos da Europa, pelas perdas de direito adquiridos dos funcionários públicos, das forças armadas e militarizadas, pelos agravamentos dos custos que cada um de nós passou a ter que suportar com a saúde, com os impostos sobre reformas, tudo em resultado da política deste governo. Agora, esta taxa vem ainda sobrecarregar mais as famílias do nosso concelho, agravando-lhe o seu custo de vida para níveis in comportáveis. Por isso votamos contra a aprovação e aplicação desta taxa, designada de Taxa Municipal de Direitos de Passagem, que, em nosso entender, devia ser paga pelos operadores que escandalosamente acumulam lucros cada vez mais elevados.”-----

Sandra Pereira

“A bancada do PSD na Assembleia Municipal de Odivelas votou favoravelmente esta proposta porque, e de acordo com a posição que o PSD tem assumido sobre esta matéria desde a criação da Lei, concordamos por princípio com a introdução desta taxa.----- Já não concordamos, e temo-lo afirmado recorrentemente, que este encargo seja imputado aos consumidores; pelo contrário, pensamos que deveriam ser os operadores a suportarem este encargo como um custo do seu exercício.----- E, assim defende o PSD, que a Lei seja alterada no sentido de conter uma disposição que inequivocamente proíba a possibilidade de ser imputado tal custo aos consumidores.----- No entanto, num momento particularmente difícil em termos financeiros para as Autarquias na generalidade, e em particular para Odivelas, não poderíamos, sob pena de total irresponsabilidade, abdicar dessa taxa que constituirá um aumento de receita Municipal.”-----



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

PONTO 5 - PROPOSTA DE AQUISIÇÃO DO SERVIÇO DE REFEIÇÕES NAS ESCOLAS DO 1º CICLO E JARDINS DE INFÂNCIA PARA O ANO LECTIVO 2006/2007

Presente para deliberação, aprovar a proposta de aquisição do Serviço de Refeições nas Escolas do 1º Ciclo e Jardins de Infância para o Ano Lectivo 2006/2007, de acordo com o proposto na informação n.º 459/DE/2006 de 2006.11.03, remetida pela Senhora Presidente da Câmara a esta Assembleia Municipal e aprovada na 21ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, realizada a 15 de Novembro de 2006, que seguidamente se transcreve: -----

“Informação n.º 459/DE/2006-----

A aposta nos refeitórios escolares tem como objectivo contribuir para uma melhoria qualitativa da Educação e qualidade de vida no Concelho de Odivelas, através da criação de condições de combate à exclusão social, de promoção da igualdade de oportunidades e sucesso escolar de todos os alunos. -----

O desenvolvimento da rede de refeitórios escolares (2001/2006) tem vindo a ser um processo gradual e contínuo, resultado da conjugação de múltiplos factores, entre eles, o esforço de investimento financeiro da Câmara Municipal, o dotar e apetrechar os estabelecimentos de ensino de espaços funcionais e meios materiais e cumulativamente dar resposta às expectativas e solicitações expressas pela comunidade educativa (Associações de Pais e Escolas). -----

A continuidade do fornecimento do serviço de refeições representa uma prioridade para a Câmara Municipal de Odivelas e um investimento significativo para a comunidade educativa, na medida que contribui a montante, para a resolução de necessidades básicas dos alunos e famílias e, a jusante reflecte-se de forma positiva ao nível do absentismo escolar. -----

- Considerando que é atribuição da Câmara Municipal de Odivelas em matéria de Acção Social Escolar, a implementação e a gestão dos refeitórios escolares, nomeadamente no que se refere ao fornecimento do serviço de refeições nas EB1/JI's do Concelho (Dec. Lei 159/99 DE 14 DE Setembro e o Dec. Lei 399-A/84 de 28 de Setembro); -----*
- Considerando que actualmente, a Taxa de cobertura do serviço de refeições é de 76,7% nas EB1's e de 81,3% nos JI's e que a meta são os 100% de cobertura nas EB1/JI's; -----*
- Considerando que existe uma grande percentagem de alunos carenciados no Concelho, cerca de 25%, e que uma parte significativa não têm acesso a uma refeição diária, completa, equilibrada e quente e que muitos deles frequentam estabelecimentos de ensino que não dispõem do serviço de refeições; -----*
- Considerando ainda a impossibilidade (apesar do investimento feito pelo Município em obras de requalificação e adaptação dos edifícios escolares) de todas as escolas disporem de condições*



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

estruturais, que permitam a confecção de uma refeição no local e/ou o transporte e distribuição da refeição a partir do estabelecimento de ensino mais próximo; -----

- Considerando por fim que a implementação do Programa de Actividades de Enriquecimento Curricular, pressupõem o aumento do tempo de permanência dos alunos nas escolas, torna-se necessário criar condições nos estabelecimentos de ensino por forma a que todos os alunos do 1º ciclo e pré-escolar do Concelho de Odivelas tenham acesso a uma refeição quente por dia. -----

Neste contexto e tendo presente a impossibilidade de integração do serviço de refeições (constante da presente proposta) no procedimento de aquisição e fornecimento de refeições aos estabelecimentos de ensino do 1º ciclo habilitados com confecção própria nas EB1/JI's, torna-se necessário recorrer ao serviço de refeições transportadas a quente (catering), em veículos próprios e adequados com recipientes térmicos especializados e a distribuição das mesmas, em sala de aula ou quando possível em espaço polivalente (a partilhar com o desenvolvimento das Actividades de Enriquecimento Curricular), mas que de todo não dispõem de condições para instalar pontos de água e equipamentos de refrigeração. -----

Trata-se de um serviço, cuja refeição é completa (sopa, prato de carne/peixe alternado, acompanhado de legumes/salada alternados, sobremesa fruta/doce/iogurte, pão e água) embalada quente, perfeitamente acondicionada para transporte em containers térmicas, tipo Marmitex, respeitando o controle rigoroso de qualidade e o cumprimento da legislação em vigor para o sector alimentar, garantindo a conservação integral das características e sabor dos alimentos. -----

Neste contexto propõe-se a aquisição do fornecimento do serviço de refeições transportadas a quente, para o ano lectivo 2006/2007, nos estabelecimentos de ensino constantes da presente informação. -----

Funcionamento do Serviço -----

A empresa responsável pelo fornecimento das refeições transportadas, efectuará a distribuição dos alimentos aos alunos nas salas/espacos destinadas para o efeito nas escolas e jardins de infância, colocará os utensílios (pratos, talher, copos, toalhetes, guardanapos...), colocará o pessoal necessário para servir as refeições à mesa, retirar as loiças, uma vez que a idade dos alunos não permite o funcionamento em regime de "self-service", acompanhar as crianças no decorrer da refeição e efectuar a higienização das instalações (mesas cadeiras e pavimentos). Quanto aos utensílios a sua higienização deverá ser feita na empresa, já que as instalações não dispõem de condições estruturais para o efeito. Quando se tratar de um espaço polivalente (com mais actividades a decorrerem no mesmo local) a empresa ficará ainda com a responsabilidade de montar e desmontar diariamente as mesas de refeição e cadeiras. -----

Rácio do Pessoal -----

Para a colocação de empregados de refeitório nos refeitórios das Escolas e/ou Jardins de Infância considera-se como critério de referência o rácio de pessoal enumerado a seguir: -----



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

Designação	Rácio de Pessoal
<i>Empregados de refeitório para acompanhar alunos do Jardim de Infância</i>	<i>1 empregado por cada 25 refeições de Jardim de Infância</i>
<i>Empregados de refeitório para acompanhar alunos do 1º Ciclo</i>	<i>1 empregado por cada 50 refeições do 1º ciclo</i>

O rácio considerado para acompanhar os alunos do Jardim de Infância é superior porque estes apresentam um grau de autonomia inferior e uma maior dependência do adulto, o rácio será sempre para cumprir dentro dos critérios definidos, excepto quando: -----

- O valor encontrado (nº de refeições fornecidas) for inferior ao nº mínimo de unidades obrigatório, situação em que se terá que cumprir o mínimo estabelecido; -----
- O valor encontrado (nº de refeições fornecidas) for superior ao nº máximo de unidades obrigatório, situação em que se terá que cumprir o máximo estabelecido. -----

Ementa: sopa, prato (dieta), pão, sobremesa e água. -----

Pagamentos: -----

O aluno efectuará na escola o pagamento da senha de almoço de acordo com o escalão em que se encontra, directamente à empresa. A lista de alunos e dos respectivos escalões é previamente facultada à empresa pelo Câmara Municipal de Odivelas. -----

A supervisão diária das condições de higiene e do serviço de refeição, para efeitos de controle de qualidade e quantidade de refeições fornecidas, é da responsabilidade do órgão de gestão do estabelecimento de ensino. No final do dia o órgão de gestão visa o relatório apresentado pela empresa, com o número de refeições servidas e a ementa praticada, cabendo-lhe elaborar uma apreciação sobre a ementa, bem como garantir que o número de refeições servidas está em conformidade com o número de alunos que almoçam.

Mensalmente a empresa entrega os relatórios e emite uma factura à Câmara Municipal de Odivelas, cujo valor a pagar corresponde à diferença entre o valor real das refeições e o pagamento já efectuado pelos alunos. -----

Valor das refeições e das participações: -----

Os escalões para calcular o valor das refeições pagas pelos alunos têm como valor de referência o Despacho do Ministério da Educação, que procede à harmonização das formas de cálculo da capitação do agregado familiar e à actualização dos preços das refeições em refeitórios escolares, considerado para o 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico, a publicar anualmente em Diário da República II Série, para o ano lectivo subsequente e são os seguintes: -----

- **Escalão A** – Alunos não carenciados – são os alunos cujo rendimento per capita da família é superior ao valor, referenciado no Despacho do Ministério da Educação a publicar anualmente; -----



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

- **Escalão B** – Alunos carenciados – são os alunos cujo rendimento per capita da família é inferior ao valor, referenciado no Despacho do Ministério da Educação a publicar anualmente; -----
- **Escalão c** – Alunos ultra carenciados – são alunos em situações de risco, cujas famílias são ausentes ou revelam indicadores de negligência capazes de colocar em risco a saúde da criança, nomeadamente não possibilitando o acesso da criança a 1 refeição completa por dia, independentemente do seu rendimento per capita. Esta situação deve ser devidamente justificada pela escola. -----

O valor das refeições e participações deve ter em consideração os seguintes critérios: -----

Valor a pagar pelos alunos: -----

- **Escalão A:** O valor total determinado para as refeições dos alunos = € 1,38 com IVA incluído (Despacho M.E. Julho 2006) (anexo1); -----
- **Escalão B:** Dedução de 50% do valor a cobrar aos alunos não carenciados = € 0,69 com IVA incluído (Despacho M.E. Julho 2006); -----
- **Escalão C:** Dedução de 100% do valor a cobrar aos alunos não carenciados = € 0,00. -----

O valor considerado para calcular os escalões e o valor da refeição a pagar pelos alunos será actualizado no início de cada ano lectivo em Reunião da Câmara Municipal, em conformidade com Despacho do Ministério da Educação para o referido ano. -----

Valor a pagar pela Câmara Municipal de Odivelas: -----

- **Escalão A:** Diferença entre o valor real da refeição e o valor pago pelos alunos; -----
- **Escalão B:** Diferença entre o valor real da refeição e os 50% do valor pago pelos alunos; -----
- **Escalão C:** O valor real da refeição. -----

Período de actividade: -----

Pretende-se que este serviço se inicie no 1º período escolar, do ano lectivo 2006/2007 e se prolongue até ao final desse ano lectivo (1ª quinzena de Julho para o pré-escolar, final de Junho para o 1º ciclo). -----

O calendário escolar é publicado em Diário da República anualmente, alerta-se para o facto das interrupções lectivas do pré-escolar serem desfasadas das do 1º ciclo, pelo que a empresa deverá assegurar o fornecimento do serviço de refeição, em todos os dias de actividades lectivas interrompendo o fornecimento do serviço nas férias e interrupções lectivas, a determinar pelo Ministério da Educação. -----

O número de dias previstos para calcular o valor a pagar, são 115 dias de aulas (dias lectivos previsíveis para o 1º período e o 2º e 3º períodos) para o 1º ciclo e jardins de infância no ano lectivo em referência. -----

NOVOS REFEITÓRIOS ESCOLARES - ESCOLAS DO 1º CICLO E JARDINS DE INFÂNCIA -----



Município de Odivelas **Assembleia Municipal**

EB1 de Caneças (EB1 Vieira Caldas) -----

Largo Vieira Caldas -----

1685-605 Caneças - **Telef.** 21 9804531 -----

Recursos Humanos: -----

- 4 empregados de refeitório para acompanhar os alunos do 1º Ciclo; -----

Número previsto de refeições: -----

EB1 de Caneças	N.º de alunos			Valor Previsto
	Escalão A	Escalão B	Escalão C	
	117/dia	65/dia	20/dia	€ 44.924,75

EB1 Eça de Queiroz -----

Bairro de S. Jorge -----

2620-217 Ramada - **Telef:** 21 9811434 -----

Recursos Humanos: -----

- 1 empregados de refeitório para acompanhar os alunos do 1º Ciclo. -----

Número previsto de refeições: -----

EB1 Eça de Queiroz	N.º de alunos			Valor Previsto
	Escalão A	Escalão B	Escalão C	
	16/dia	7/dia	3/dia	€ 6.174,35

EB1 Nº 5 de Odivelas -----

Rua Bernardim Ribeiro – Bairro da Codivel -----

2675-299 Odivelas - **Telef:** 21 9386263 -----

Recursos Humanos: -----

- 4 empregados de refeitório para acompanhar os alunos do 1º Ciclo; -----

Número previsto de refeições: -----

EB1 Nº 5 de Odivelas	N.º de alunos			Valor Previsto
	Escalão A	Escalão B	Escalão C	
	100/dia	45/dia	5/dia	€ 34.034,25

EB1/JI Chafariz D'El Rey -----

Rua do Chafariz D'el Rey – Quinta da Quintinha -----

2620-116 Póvoa de Santo Adrião - **Telef:** 21 9376500 -----

Recursos Humanos: -----



Município de Odivelas **Assembleia Municipal**

- 2 empregados de refeitório para acompanhar os alunos do Jardim de Infância. -----
- 3 empregados de refeitório para acompanhar os alunos do 1.º Ciclo. -----

Número previsto de refeições: -----

EB1/JI Chafariz D'El Rey	N.º de alunos			Valor Previsto
	Escalão A	Escalão B	Escalão C	
	135/dia	43/dia	10/dia	€ 42.185,45

EB1 Barbosa du Bocage -----

Rua Alzira Beatriz Pacheco -----

2620-128 Póvoa de Santo Adrião - **Telef:** 21 9371425 -----

Recursos Humanos: -----

- 2 empregados de refeitório para acompanhar os alunos do 1.º Ciclo. -----

Número previsto de refeições: -----

EB1 Barbosa du Bocage	N.º de alunos			Valor Previsto
	Escalão A	Escalão B	Escalão C	
	70/dia	38/dia	10/dia	€ 27.942,70

EB1 Dr. Mário Madeira -----

Rua Calouste Gulbenkian -----

1675-101 Pontinha - **Telef:** 21 4785029 -----

Recursos Humanos: -----

- 3 empregado de refeitório para acompanhar os alunos do 1.º Ciclo. -----

Número previsto de refeições: -----

EB1 Dr. Mário Madeira	N.º de alunos			Valor Previsto
	Escalão A	Escalão B	Escalão C	
	110/dia	30/dia	10/dia	€ 33.637,50

Jardim de Infância Roque Gameiro -----

Rua Alfredo Roque Gameiro – Urbanização da Quinta Nova -----

2675-279 Odivelas - **Telef:** 21 9340786 -----

Recursos Humanos: -----

- 2 empregado de refeitório para acompanhar os alunos do Jardim de Infância. -----

Número previsto de refeições: -----



Município de Odivelas **Assembleia Municipal**

J.I. Roque Gameiro	N.º de alunos			Valor Previsto
	Escalão A	Escalão B	Escalão C	
	<i>37/dia</i>	<i>5/dia</i>	<i>5/dia</i>	€ 10.486,85

A verba estimada para implementar o serviço de refeições tem subjacente, o preço praticado actualmente pela empresa de restauração colectiva, os 115 dias previstos para este ano lectivo, bem como a dedução do valor a pagar pelos alunos por escalão. -----

Neste contexto, estima-se que o montante global a despendar para a aquisição do serviço de refeições para o ano lectivo de 2006/2007 seja de € **199.385,85** (cento e noventa e nove mil trezentos e oitenta e cinco euros e oitenta e cinco cêntimos) acrescidos de IVA à taxa em vigor, prevendo-se um custo global para o 1º período lectivo 2006/2007 no valor de € **17.337,90** acrescidos de IVA à taxa em vigor. Quanto aos restantes € 182.048,00 acrescidos de IVA à taxa em vigor, montante remanescente do valor do contrato a executar só em 2007, propõe-se a sua inscrição no plano de actividades e orçamento de 2007. -----

A verba para aquisição deste serviço tem dotação no Plano e Orçamento de 2006: -----

POCAL -----

C.O E: 07.02/02 02 25 -----

C. F: 2.1.1.1.0.19/2006/A/226" -----

O **Senhor Presidente em Exercício** deu a palavra à Senhora Presidente da Câmara para apresentação do referido Ponto. -----

Não se tendo registado nenhuma intervenção, o ponto foi colocado à votação, tendo sido **Aprovado por Unanimidade**. -----

PONTO 6 - PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DA BIBLIOTECA MUNICIPAL D. DINIS E DO REGULAMENTO DE UTILIZAÇÃO DA SALA POLIVALENTE E ÁTRIOS DA BIBLIOTECA MUNICIPAL D.DINIS-----

Presente para deliberação, aprovar a Proposta de Alteração do Regulamento da Biblioteca Municipal D. Dinis e do Regulamento de Utilização da Sala Polivalente e Átrios da Biblioteca Municipal D.Dinis, de acordo com o proposto na informação n.º 196/DEJC/SBAH/2006 de 2006.09.25, remetida pela Senhora Presidente



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

da Câmara a esta Assembleia Municipal e aprovada na 19ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, realizada a 11 de Outubro de 2006 bem como na informação nº221/DEJC/SBAH/2006 de 2006.10.25, igualmente remetida pela Senhora Presidente da Câmara Municipal.-----

Pelo Presidente em Exercício foi dado conhecimento ao plenário, que a Senhora Presidente da Câmara Municipal, remeteu ofício a solicitar a retirada do Ponto 6 desta Ordem de Trabalho, por forma a que as alterações sugeridas pela 3ª Comissão desta Assembleia Municipal, fossem presentes a Reunião de Câmara, para serem analisadas.-----

Tendo sido colocada à votação a retirada do Ponto acima descrita, tendo sido **Aprovada por Unanimidade**.-----

PONTO 9 - PROJECTO MUNICIPAL PARA RECUPERAÇÃO E RECONVERSÃO URBANÍSTICA DA VERTENTE SUL-----

Presente para deliberação, aprovar o Projecto Municipal para Recuperação e Reversão Urbanística da Vertente Sul, de acordo com o proposto na informação n.º 02/AD/DPRVS/2006 de 2006.10.26, remetida pela Senhora Presidente da Câmara a esta Assembleia Municipal e aprovada na 21ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, realizada a 15 de Novembro de 2006, que seguidamente se transcreve:-----

“Informação n.º 02/AD/DPRVS/2006-----

À CONSIDERAÇÃO SUPERIOR: -----

O projecto de delimitação como Área Crítica de Recuperação e Reversão Urbanística da área correspondente à Encosta / Vertente Sul de Odivelas/Pontinha, que compreende os bairros Vale do Forno, Encosta das Luz, Quinta do Zé Luís, Serra da Luz, e Quinta das Arrombas e terrenos adjacentes, foi aprovado, por unanimidade, na 13ª Reunião ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, realizada em 02 de Julho de 2003. -----

A proposta de deliberação fundamentou-se no facto da área de intervenção constituir uma zona geologicamente instável, com grande afluxo de imigração ilegal, suportando realidades urbanísticas, económicas e humanas enquadráveis no regime previsto do n.º 1 do artigo 41º do DL n.º 794/76, de 05 de Novembro, alterado pelo DL n.º 313/80, de 19 de Agosto. -----



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

O referido projecto foi aprovado em 2ª reunião da 4ª sessão ordinária da Assembleia Municipal de Odivelas, realizada em 09 de Outubro de 2003. -----

Posteriormente foi o mesmo remetido à CCDRLVT – Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo tendo merecido parecer favorável de acordo com o exarado na Informação n.º 225/2005(DSGT/DUSQ). -----

Prosseguindo os seus tramites legais a Proposta de delimitação foi sujeita a parecer da Direcção-Geral do Ordenamento do território e Desenvolvimento Urbano, tendo merecido igual parecer favorável, consubstanciado nas informações, técnica e jurídica, n.º 185/DSGPPOT, de 2006.08.08 e n.º 165/DSJ, de 2006.10.02, respectivamente. -----

Não obstante esse facto, as referidas informações, técnica e jurídica, apontam deficiências de instrução do processo, as quais urge suprir, de forma que aquela Direcção-Geral possa proceder à elaboração do respectivo projecto legislativo. -----

Relativamente ao conteúdo da Área Crítica de Recuperação e Reversão Urbanística, adiante designada por ACRRU, verificou-se que na deliberação aprovada em 09 de Outubro de 2003, pela Assembleia Municipal não consta a pretensão de concessão do direito de preferência previsto no Art.º 27º do DL n.º 794/76, de 05 de Novembro, alterado pelo DL n.º 313/80, de 19 de Agosto. -----

Ora, considerando que o município poderá vir a ter interesse na aquisição de imóveis que sejam transaccionados na zona, de modo a viabilizar a respectiva reabilitação, deverá prever-se o direito de preferência a favor do município de Odivelas, ao abrigo do artigo 7º do DL n.º 105/96, de 31 de Julho, e nos termos do disposto no n.º 1 do art.º 27º do DL n.º 794/76, de 05 de Novembro, vigorando o mesmo sem dependência de prazo, até à extinção da referida Declaração de Área Crítica de Recuperação e Reversão Urbanística. -----

Sobre os demais elementos, de conteúdo material, necessários à instrução do processo constata-se a necessidade de envio aquela Direcção-Geral: -----

- a) Planta da área (demarcada em extracto da planta síntese do PMOT em vigor na área: PDM). -----
São necessários dois exemplares autenticados pela Assembleia Municipal e oito sem essa autenticação; -----
- b) Acta da reunião da Assembleia Municipal de 09 de Outubro de 2003; -----
São necessários dois exemplares autenticados pela Assembleia Municipal. -----
- c) Transparente da planta da área a declarar como ACCRU. -----

Atento o exposto, e considerando a necessidade de colmatar as deficiências verificadas na instrução do processo de delimitação de ACCRU da Vertente Sul somos de propor, -----



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

- 1) Submeter, ao plenário da Câmara Municipal de Odivelas que delibere aprovar a presente proposta de concessão do direito de preferência a favor do Município de Odivelas nos termos acima expostos; -----
- 2) Submeter posteriormente a Assembleia Municipal de Odivelas que delibere aprovar a mesma proposta de concessão do direito de preferência a favor do Município de Odivelas nos termos acima expostos; -----

Posteriormente, sobre os demais elementos de conteúdo material necessários à instrução do processo somos de propor: -----

- 1) Solicitar ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Odivelas a emissão de dois exemplares autenticados da acta da reunião da Assembleia Municipal na qual seja deliberado aprovar a mesma proposta de concessão do direito de preferência a favor do Município de Odivelas; -----
- 2) Solicitar ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Odivelas a emissão de dois exemplares autenticados da acta da reunião da Assembleia Municipal de 09 de Outubro de 2003; -----
- 3) Solicitar ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Odivelas a autenticação de dois exemplares da planta da área (demarcada em extracto da planta síntese do PMOT em vigor na área: PDM).”-----

O Senhor Presidente em Exercício deu a palavra à Senhora Presidente da Câmara para apresentação do referido Ponto.-----

Usaram da palavra neste ponto, os seguintes Membros da Assembleia Municipal:-----

Joaquim Machado, pela bancada da **CDU**;-----

Presidente de Junta de Freguesia de Olival Basto, **Joaquim Farinha**, pela bancada do **PS**; proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve:-----

“O Projecto Municipal para a Recuperação e Reconversão Urbanística irá beneficiar e possibilitar a reconversão urbanística de Bairros de Génese Ilegal considerados não há muitos anos como irrecuperáveis, uma vez que se situam em zonas com declives médios elevados, geologicamente instáveis.-----

Os proprietários de bairros como a Serra da Luz, Quinta do Zé Luís, Vale do Forno, Encosta da Luz e Quinta das Arrombas irão, assim, ter o privilégio de obter ajudas do Município, da Administração Central e de outras Entidades, ao abrigo da declaração de Área Crítica, inerente ao Projecto Municipal para Recuperação e Reconversão Urbanística da Vertente Sul.-----



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

*Não posso deixar de me manifestar favoravelmente a esse projecto.-----
Porém, na minha qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Olival Basto, não posso deixar de manifestar desagrado e protesto pelo facto de não terem sido integrados nesse Projecto os Bairros designados por quinta da Várzea, Quinta da Serra, Cassapia e Cucos, que constituem áreas urbanas de génese ilegal (AUGI), situadas na Freguesia de Olival Basto.-----
De facto, tais Bairros situam-se em zona contígua, têm características próximas e são passíveis de reconversão, havendo todo o interesse em que sejam integrados no Projecto Municipal ora em apreciação. Pelo exposto, apelo ao Executivo Municipal para que tome as medidas necessárias para a inclusão dos referidos Bairros da Freguesia de Olival basto no Projecto Municipal para Recuperação e Reconversão Urbanística da Vertente Sul, de forma a que a recuperação urbanística, em vez de constituir exclusivo de quem menos condições possuía para a legalização, possa abranger também os habitantes do Olival basto que residem nos referidos bairros da Quinta da Várzea, Quinta da Serra, Cassapia e Cucos.”-----

-----*

Pelas 20h10m, registou-se a saída do Presidente de Junta de Freguesia de Caneças, Armindo Fernandes.

Sandra Pereira, pela bancada do **PSD**, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve:-----

“Temos em nosso poder a Inf. n.º 02/AD/DPRVS/2006 com data de 26 de Outubro de 2006, que na página 2/2, terceiro parágrafo, diz o seguinte, e passo a citar:-----

“Relativamente ao conteúdo da área crítica de Recuperação e Reconversão urbanística, adiante designada por ACRRU, verificou-se que na deliberação aprovada em 09 de Outubro de 2003, pela Assembleia Municipal, não consta a pretensão de concessão do direito de preferência previsto no art. 27º do D.L n.º 794/76 de 05 de Novembro, alterado pelo D.L. 313/80, de 19 de Agosto.-----

Em primeiro lugar, Sr. Presidente, pretende a bancada do PSD nesta Assembleia Municipal deixar bem claro que o facto de o Projecto Municipal para Recuperação e Reconversão Urbanística da Vertente Sul ter sido mal instruído ou com deficiências por não referir expressamente a pretensão da concessão do Direito de Preferência, tal facto deverá ser imputado aos serviços da Câmara Municipal e nunca à Assembleia Municipal. -----

Só quem desconhece quais são as competências da Assembleia Municipal e o seu modo de funcionamento é que pode pensar que houve de qualquer forma incúria por parte desta Assembleia Municipal.-----

Mais, mesmo que Assembleia Municipal tivesse detectado tal incorrecção, o que não se verificou, mas mesmo que o tivesse detectado, não tinha, não teve, não tem competência para modificar propostas que venham da Câmara Municipal.-----



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

Portanto, Sr. Presidente aqui fica o reparo.-----

Mas, como mais vale tarde do que nunca, vamos agora aprovar esta alteração para que se possa avançar para a tão almejada recuperação desta zona, no entanto temos de referir o facto de esta insuficiência só ter sido detectada três anos depois e daí a razão deste atraso, que repito, não pode ser imputado à Assembleia Municipal.-----

Em 2003 este projecto mereceu a aprovação do PSD, e agora obviamente e em coerência, e por tudo o que este projecto significa, votaremos a favor.”-----

Arminda Santos, pela bancada da **CDU**; proferiu uma intervenção que será convertida em declaração de voto.-----

Carlos Lopes, pela bancada do **BE**; proferiu uma intervenção que será convertida em declaração de voto.--
Presidente de Junta de Freguesia de Odivelas, **Graça Peixoto**, pela bancada do **PS**-----

Pelas 20h15m, registou-se a saída do Presidente de Junta de Freguesia da Ramada, Francisco Bartolomeu.

Carlos Lopes, pela bancada do **BE**, apresentou uma proposta de constituição de um Grupo de Trabalho, de Acompanhamento ao Estudo de Reconversão da Vertente Sul, que seguidamente se transcreve:-----

“O Projecto de Requalificação da Vertente Sul configura-se de uma importância enorme para o Concelho de Odivelas.-----

A afectação de recursos materiais, financeiros e humanos revestir-se-á de enorme complexidade e deverá incorporar uma preocupação de extremo rigor na sua gestão.-----

As características intrínsecas deste tipo de projectos, agora que se caminha para a sua candidatura ao abrigo da Iniciativa “Operações de Qualificação e Reinserção Urbana de Bairros Críticos” definida pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 143/2005, requerem uma especial atenção e contribuição de todos os actores sociais envolvidos.-----

O Bloco de Esquerda propõe:-----
A criação de um grupo de trabalho de Acompanhamento da Vertente Sul, pelo prazo da duração do projecto e nos moldes das Comissões Permanentes já existentes.”-----

A proposta acima referida foi colocada à votação para discussão tendo sido **Aprovada por Unanimidade**--



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

No âmbito da discussão da referida proposta, usaram da palavra os seguintes membros da Assembleia Municipal:-----

Luís Salmonete, pela bancada do **PSD**;-----

Alcina Trindade, pela bancada do **PS**;-----

Lúcia Lemos, pela bancada da **CDU**;-----

Carlos Lopes, pela bancada do **BE**;-----

A proposta foi colocada à votação tendo sido **Rejeitada**, com os votos contra das bancadas do PS e PSD e com os votos a favor das bancada do BE e da CDU.-----

Pelo **Senhor Presidente em Exercício** foi dada a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, para responder às questões acima colocadas.-----

O documento foi colocado à votação, tendo sido **Aprovado por Unanimidade**.-----

Pelos Membros da Assembleia Municipal **Arminda Santos, Carlos Lopes, Alcina Trindade**, pelas bancadas da **CDU, BE e do PS**, respectivamente, foram apresentadas as seguintes **declarações de voto**, que seguidamente se transcrevem:-----

Arminda Santos-----

“Em Outubro de 2003 votámos a favor da proposta de projecto Municipal para a Recuperação e Reconversão Urbanística da Vertente Sul de Odivelas/Pontinha, porque nos identificávamos com os seus objectivos de declaração desta área, como área crítica de recuperação e reconversão urbanística e, pelo facto de o Município se assumir como promotor desta iniciativa.-----

Considerámos nessa altura, que a recuperação e reconversão urbanística desta zona exigia respostas a questões de ordem não só urbanística e demográfica, mas também de ordem social, sendo necessário ter sempre presente que, ao contrário do que acontece no quadro habitual das AUGIS, a maioria das pessoas envolvidas na vertente Sul de Odivelas/Pontinha, são inquilinos, e que deste simples facto, emergem problemas de ordem económica e social de alguma complexidade.-----

Considerámos e sempre afirmámos com clareza, que não é possível proceder a esta reconversão e recuperação urbanística, nos termos do quadro habitual de recuperação e legalização das AUGIS. Esta é



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

uma situação que exige investimentos avultadíssimos que terão que ser, em grande parte, suportados pela administração central.-----

Votámos então favoravelmente, tendo a consciência de que seria um ponto de partida que traduzia uma vontade política municipal. Um ponto de partida de uma futura solução de qualificação positiva do nosso território e, também de qualificação positiva da qualidade de vida de milhares de famílias que vivem neste bairros.-----

Isto em Outubro de 2003 e agora, passados que são três anos, é para nós injustificável que nada de significativo tenha avançado, simplesmente por falhas processuais apontadas pela Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, a saber:-----

- Não consta a pretensão de concessão do direito de preferência a favor do Município de Odivelas;-----
- Falta de dois exemplares autenticados da Acta da Assembleia Municipal de Outubro de 2003;-----
- Dois exemplares autenticados da planta da área.-----

É lamentável que tudo isto tenha ocorrido, parecendo ser claro que não se podem atribuir responsabilidades a outro município que não o de Odivelas.-----

Porque continuamos a favor da proposta de Projecto Municipal para a Recuperação e Reconversão Urbanística da Vertente Sul de Odivelas/Pontinha vamos votar a favor da presente proposta.”-----

Carlos Lopes-----

“O Bloco de Esquerda vota favoravelmente este ponto devido à urgência de resolução deste problema que, se prolonga à demasiados anos.-----

Deve-se fazer a integração social e territorial no Concelho de Odivelas da população que reside nesta área.”-----

Alcina Trindade-----

“O Projecto de Delimitação como área Crítica de Recuperação e de Reconversão Urbanística da Vertente Sul, foi aprovado em reunião de Câmara de 2 de Julho de 2003 e posteriormente pela Assembleia Municipal.-----

Na sequência das reuniões promovidas por este Executivo, com a CCDR-LVT para desenvolver o Projecto de Recuperação e Reconversão da Vertente Sul, tomaram conhecimento da situação real em que se encontrava a Declaração da Zona Crítica ou seja com o Parecer do desenvolvimento .-----

Por outro lado verificaram que no Projecto inicial não referia a necessidade de Pretensão da Concessão do Direito de Preferência e que a não inclusão da referência a tal direito, contribuísse para que existissem insuficiências para um Processo mal constituído.-----



Município de Odivelas **Assembleia Municipal**

Era pois necessário colmatar essas insuficiências, razão pela qual foi novamente submetida a deliberação deste Executivo e da Assembleia Municipal.-----

Por acharmos este relevante Projecto de grande importância que permitirá à Direcção Geral de Ordenamento do Território o desenvolvimento Urbano, bem como proceder ao respectivo impulso legislativo, a Bancada do Partido Socialista, votará favoravelmente este Orçamento.”-----

Após este período, o **Senhor Presidente em Exercício**, informou que estava aberto Período de Intervenção do Público.-----

-----PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

O **Senhor Presidente em Exercício** informou todos os presentes que se encontrava aberto um período para intervenção do público, tendo-se registado duas inscrições, dos munícipes **Mário Rui Fernandes Pinto e Francisco Ribeiro Neto Madeira**, que retiraram-se da sala, tendo declarado que prescindiam destas intervenções.-----

Nada mais havendo a tratar, o **Senhor Presidente em Exercício** declarou encerrada definitivamente a Sessão pelas 20h40m, dela se tendo lavrado Minuta, a qual, depois de lida pelo 1.º Secretário e aprovada pela Assembleia, foi assinada pelo 1.º Secretário, pelo 2.º Secretário e pelo Senhor Presidente.-----

O Senhor Presidente em Exercício:-----

O 1º Secretário:-----

O 2º Secretário:-----
